

## ACTA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

# 7.<sup>a</sup>

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora e Alzira Prazeres Paulo Afonso. -----

----- Foi justificada a falta ao Deputado Municipal José Luís Cordeiro. ----

----- Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Carlos Alberto Telo Figueira, Mário Humberto Afonso e José Joaquim Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Galegos. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1. 1 *Apreciação e deliberação sobre as Actas das Sessões anteriores;*** -----

----- **1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;*** -----

----- **1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;*** -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

----- **2. 2 *Análise e deliberação sobre “VENDA DE TERRENO PARA EFEITOS DE CONCRETIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO C.D.H. – INFORMAÇÃO DO GABINETE TÉCNICO-JURÍDICO”;*** -----

----- **2. 3 *Eleição de 4 representantes da Assembleia Municipal para integrar a “COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO”;*** -----

----- **2. 4 *Eleição de 1 representante da Assembleia Municipal para integrar a “COMISSÃO DE TOPONÍMIA”;*** -----

----- **2. 5 *Outros Assuntos.*** -----

----- **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da Sexta Sessão Ordinária, realizada dia 7 do mês de Dezembro do corrente ano, declarando de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. Não se havendo registado nenhum pedido de intervenção, foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----

----- **1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, declarou abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **ILÍDIO SIMÕES MARTINS**, já no uso da palavra registou com agrado que desta vez o executivo forneceu pelo menos algumas das actas das suas reuniões ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, registou ainda com desagrado que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não comunicou aos membros desta Assembleia tal correspondência.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu a consideração e passou ao outro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- **1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que antes de entrar propriamente nas inscrições queria por à Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Avô do Senhor Deputado Vítor Batista que faleceu há dias atrás, perguntou se alguém queria fazer alguma intervenção e disse que ia por o voto de pesar à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade. A Assembleia Municipal fará enviar à família enlutada a manifestação deste voto de pesar por parte da Assembleia Municipal, de seguida ainda o Senhor Presidente da Assembleia solicitou, a quem pretendesse fazer uso da palavra dentro deste ponto que procedesse à sua inscrição de uma vez para ver se acabavam com a “Manta de Retalhos” que aparece sempre nas reuniões a menos que se justifique, porque cada deputado sabe o que tem a fazer “ é escusado relembrar uma vez mais”. Logo a seguir declarou abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **JOSÉ JOAQUIM PINTO**, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo diz que se tem vindo a falar num acesso Soutelo – Remondes e agora isso tem estado parado, mas entende que até deveria ser Soutelo – Remondes e Paradela porque ficava uma ligação que dava acesso aquelas aldeias todas.

► **TIAGO CALEJO**, usou a seguir da palavra perguntando o porquê da poda das árvores da avenida dos plátanos ser assim tão grande, porque aquilo há lá cortes que estão muito mal feitos, é metade das árvores, não vão conseguir recuperar e as outras que conseguirem recuperar vão demorar muito anos, acha que aquilo está um bocado mal feito. Há técnicos que sabem fazer isso na Câmara, podiam fazer uma melhor poda daquilo.

► **MANUEL TIBÉRIO**, já no uso da palavra agradeceu à Assembleia na pessoa do Senhor Presidente os votos de parabéns pelo seu aniversário que teve lugar a quinze ou a sete de Janeiro conforme os gostos, disse ainda que as intervenções estão a ser muito rápidas e que talvez vá demorar cinco minutos pelo menos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu o orador para comunicar que tem dez minutos para usar da palavra. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** novamente no uso da palavra disse que o primeiro assunto e não tendo combinado nada com o seu amigo Ilídio Martins, porque nem sequer esteve presente na sessão de preparação desta Assembleia porque não pode, mas quer congratular-se com o facto de ter sido distribuída à Assembleia as actas das reuniões de Câmara. De seguida pede “perdão” porque afinal as actas não foram distribuídas – disse – “ Sonhei ontem á noite, deitei-me ás três da manhã porque estive a ver os Prós e Contras, devo ter sonhado com isso. Mas foi prometido, não foi? E se foi prometido é devido, se é prometido alguma coisa a esta Assembleia é como se tivesse sido votado, faz lei, portanto deveria ter sido distribuído, mas também não adiantava grande coisa que tivessem sido distribuídas porque não ia, eu pelo menos não ia ter tempo para ler toda a informação e avaliá-la convenientemente porque dois, três dias de antecedência com que

se convocam as Assembleias não é tempo suficiente para isso e acho que a lei implica ou obriga a que o tempo de convocatória desta Assembleia Municipal tem um limite, penso tem um limite mínimo para ser feito e acho que não foi respeitado, penso eu, é a minha opinião e eu aproveito até a propósito disto para questionar o Senhor Presidente da Assembleia. Porquê? Porquê três dias, porquê quatro dias e meio ou cinco dias úteis, não sei se são, vá, foi de quarta a hoje, são quatro dias úteis. Porquê há algum problema? Há alguma coisa escondida? Não acho que não há, mas então porquê cinco e não dez, ou doze, ou quinze porque assim tínhamos tempo para trabalhar, para ler, para preparar as coisas convenientemente. Eu pergunto sinceramente qual a razão? -----  
-----Um outro assunto que me traz aqui tem a ver com obras que se anunciam e que foram anunciadas por vários meios de comunicação na Central de Camionagem e na Casa da Cultura – não está em causa a realização de obras é evidente, todos nós fazemos obras nas nossas casas.--- Fazemos obras de conservação, de reparação, de melhoramento, de remodelação, pintamos «até pintamos a manta às vezes» portanto todos fazemos obras. O que está em causa nessas obras que são anunciadas e que a comunicação social faz eco e que a autarquia faz eco disso mesmo, o que está em causa, dizia é precisamente a natureza dessas obras, é o “Timing” com que essas obras se realizam e é a justificação que se apresenta para elas. Quanto á natureza das obras todos nós sabemos que não estamos em presença de obras de conservação nem de remodelação de um edifício ou de outro, estamos em ambos os casos em presença de obras que se relacionam com a funcionalidade dos edifícios. Eu pergunto? Mas pergunto a todos nós e que respondamos com sinceridade. Estas obras relacionadas com a funcionalidade justificam-se? Apetecia-me brincar aqui ao «gato fedorento» e dizer num caso sim, noutra caso não, sim e não. Sim aonde? Sim na Casa da Cultura, não na Central de Camionagem. E sim na Casa da Cultura porquê? Porque é um edifício feito á dez anos em que as exigências com a arquitectura, com a construção, com a segurança, com a mobilidade eram mais restritivas do que hoje portanto justificam-se essas obras de adaptação, não na Central de Camionagem porque essas mesmas obras deveriam ter sido previstas na altura do projecto e realizadas nessa altura porque é uma obra que tem seis meses. Portanto sim num caso e não no outro. Quanto ao “Timing” é não e não, não num caso e não no outro. Seis meses depois de ser inaugurada não é justificável obras, no caso da Casa da Cultura seis anos para fazer obras básicas que são necessárias para o licenciamento do edifício é muito tempo portanto “Timing” não, não. Quanto á justificação das obras apresentada ou quanto ás razões para essas obras serem feitas, aí as razões que são apontadas é que não lembrariam a ninguém. No que toca á Central de Camionagem é dito na imprensa o seguinte: e são justificadas pela experiência ou por experiências efectuadas

pela autarquia para que a Central não desse prejuízo, é isto que sustenta a autarquia. Não dar prejuízo? Eu pergunto. Significa o quê? Significa cobrir as despesas correntes com o seu funcionamento, significa cobrir as despesas de investimento, significa recuperar o investimento? Que investimento, a totalidade ou os vinte e cinco por cento de financiamento próprio? Experiência efectuada mas que experiência? Ó Senhor Vereador trocar uma sala de espera e o conforto dos utentes pela concessão de um bar não lembraria mesmo a ninguém apenas a este executivo. Eu pergunto o que é que é uma Central de Camionagem, é um lugar onde se aparca automóveis? Não, uma Central de Camionagem é feita para as pessoas e é isso que deve estar na base da sua construção – a funcionalidade e o respeito pelas pessoas, ao fazerem essa troca, ao fazerem essa experiência brincaram com a dignidade das pessoas, brincaram com pessoas idosas que mais necessitam e que mais utilizam esse espaço. Ó Senhor Vereador mais uma vez a sua experiência traduz-se num esbanjamento de cinquenta mil euros, eu diria que quase daria para fazer um novo edifício, apesar daquele ter custado um virgula tal milhões de euros, esses cinquenta mil euros esbanjados que é quanto custam as obras de remodelação para construir uma sala de espera e mais um anexo para as encomendas, esse dinheiro gasto nessas remodelações equivalem a mais do que dez anos de renda da concessão do bar da Central. Que rica experiência Senhor Vereador, que rica gestão dos dinheiros de todos nós e do nosso bem-estar. -----

-----No caso das obras da Casa da Cultura a justificação é ainda mais, não é mais é tão «escambelada». Admito de facto como disse no inicio a vontade e a necessidade de obras específicas relacionadas com a segurança e com a mobilidade dos utentes da Casa da Cultura, como disse o edifício já tem alguns anos e precisa dessas obras, não admito é o paralelismo - que é feito pelo Senhor Presidente da Câmara e (desculpe) - estabelecido com as obras na Central de Camionagem.-----

-----Refere o Senhor Presidente da Câmara e passo a citar: “Apesar de ser uma herança do anterior executivo não queremos culpar ninguém pelos trabalhos a mais que vão ser efectuados na Casa da Cultura, por isso também ninguém nos pode culpar pelas obras que se vão efectuar na Central de Camionagem” acabei de citar. -----

-----Ó Senhor Presidente diga-me sinceramente as obras na Casa da Cultura são mesmo necessárias, ou com elas pretendem justificar apenas os (remendos) que se preparam fazer naquilo que chamam Central de Camionagem?”-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra dizendo: “Duas palavras breves sobre um tema correlacionado que é a energia e a água, «voltando á vaca fria» eu continuo sem resposta do executivo sobre o resultado das reuniões tidas com a Empresa Águas de Portugal anunciada por este executivo para doze de Julho próximo passado que deveria ter sido realizada nessa data e também de uma outra realizada em vinte e seis de

Julho na CCDR no Porto. Penso que uma delas, pela informação que há do Município foi realizada na CCDR, sobre a outra que foi anunciada para doze de Julho, que salvo erro seria realizada em Vimioso com os Municípios Vimioso e Miranda pelo menos, sobre essa nada soube. Já fiz em diversas Sessões vários pedidos para que me fosse aclarado este ponto, como até este momento não foi, vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia para interceder junto da Câmara afim de me ser fornecida tal informação, fá-lo-ei por escrito para não estar a demorar os trabalhos. E já agora se houvesse oportunidade também gostava de saber como é que de facto têm decorrido posteriores negociações, quando saímos, se já saímos, se reentramos, se voltaremos a sair do sistema de Águas de Portugal, do sistema proposto pelas Águas de Portugal ou sistema integrado, não sei bem o nome disso, esse era um dos pontos que de facto gostava de ver esclarecido e lamento dizê-lo aqui mais uma vez, não me sinto esclarecido porque não foi, simplesmente porque não foi dada resposta às perguntas que aqui foram feitas consultadas as actas da penúltima e antepenúltima reunião. -----

-----Um outro ponto é sobre o «caldinho da energia nuclear», tenho tido alguma curiosidade em ler, essa curiosidade foi-me suscitada pela posição que o Município tomou de liminarmente rejeitar qualquer conversação sobre este assunto, a informação que tenho recebido posteriormente uma das quais, uma das últimas na pretérita semana, na semana que acabou leva-me a voltar aqui a perguntar de novo ao município se de facto, se de facto, já não pergunto se está interessado em mudar de posição, mas pergunto ao menos se está pelo menos interessado em receber mais qualquer informação sobre essa questão é que de facto têm aparecido dados novos na imprensa Nacional e mesmo nalgumas publicações de pessoas responsáveis, eu continuo a considerar do maior interesse aquilo que alvitrei (ou seja a realização de uma sessão de esclarecimento sobre o nuclear não de uma sessão de propaganda sobre o anti nuclear). De facto as pessoas que aqui tivemos são pessoas que nos deram alguns esclarecimentos de cuja competência e..., ia dizer competência e isenção mas não, da competência não duvido, da isenção posso pôr os dois pés atrás. Eu não duvido da competência porque essas pessoas que cá estiveram: o Senhor Professor Abílio Fernandes e o Senhor Engenheiro Macário Correia. É assim que se chama? Não, eu confundo porque são os dois ambientalistas, é Carlos Pimenta, são pessoas que têm uma posição forte no consórcio defensor das eólicas e que tem já algumas eólicas instaladas em Portugal de maneira que sem querer ferir as pessoas pergunto se não haverá aqui algum interesse delas e portanto mesmo que queiram expor as questões com alguma abertura e isenção ser-lhes-á um bocadinho difícil puxando naturalmente para algum tipo de interesses que tenham a

defender portanto gostaria de ver a outra parte ou alguém isento a falar sobre o assunto. Devo dizer que um cientista professor universitário deve ter ouvido os ecos de qualquer grito proferido no concelho de Mogadouro quando se «berrou – se é tão bom que o façam no Terreiro do Paço» porque ele defende e é um professor a quem foi encomendado um estudo, não tem razões políticas nem razões económicas neste caso concreto, defende que seja instalada uma Central Nuclear ou duas resultantes dum pacto económico entre Portugal e Espanha e que seja instalada em Lisboa porque entende que hoje é uma actividade não poluente, pelo contrário defensora do processo de Tio to perfeitamente limpa e muito mais segura do que era há uns anos e do que por ai se propala, eu continuo com as minhas dúvidas gostaria que o Município fizesse, não direi sessões públicas que não sei se vejo grande interesse porque o populismo é fácil e é fácil pôr gente a bater palmas para um lado e no dia seguinte batem palmas ao contrário é uma questão de dizer duas palavras mais bonitas isso não me diz nada, o que me diria sim é que o Município encarrega-se uma entidade independente e competente de fazer um estudo pago evidentemente mas isso é dinheiro em reversão, é um investimento que trará produtividade no futuro, mandar fazer um estudo correcto, cabal, isento sobre as vantagens e os inconvenientes da nuclear. Ainda também na imprensa de ontem o Professor Veiga Simão que é conhecido como sendo o pai da instalação do laboratório nuclear em Portugal defendia que há inconvenientes e que há vantagens o que é preciso é estuda-los e que dado o processo actual da união europeia que está interessada em fazer instalar Centrais Nucleares seria de toda a utilidade que se repensasse esse assunto e que se pensasse, isto é uma escala Nacional, é uma escala local porque penso eu adviriam, não sei se os milhões que foram falados que se diz na imprensa mas adviriam pelo menos alguns empregos criados no nosso Concelho, a instalação de algumas famílias, o melhoramento de algumas infra estruturas e basta pensar que num concelho que tem dez mil habitantes e que tende a ter menos instalar trezentas famílias para o poder económico é um factor de desenvolvimento. Peço à Câmara que repense a situação, que mande fazer um estudo isento e que nos apresente dados correctos não tendenciosos e que não faça mais comícios, nem na imprensa, nem na rádio nem na casa da cultura que faça sim informação isenta para todos os munícipes”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** dá início á sua intervenção fazendo um pedido de esclarecimento “era a propósito de um salão da EB1 que estava ocupado com os computadores onde as crianças (ou parte dele) onde as crianças não poderiam sequer fazer Educação Física. Porquê? Porque não há fichas de ligação, havia uma sala de informática e por causa da sala do Jardim de Infância deixou de existir, aquilo é uma sala sem biblioteca e sem quaisquer condições, há crianças que estão sentadas nas mesas a tocar no

quadro, eu penso que o facto de não haver fichas de ligação não será motivo porque a Câmara tem técnicos que facilmente resolveriam esse problema e as crianças assim já poder-se-iam servir dos computadores, peço que providenciem isso o mais urgente possível porque são quinze computadores que ali estão sem fazer nada. -----

-----Depois queria pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre o curso que funcionou e funciona para Planadores, agradecia que me informasse esta Assembleia quais os custos para o Município, qual o proveito que o Município tirou e até mesmo podendo ser o grau de aproveitamento. O Senhor Presidente não venha dizer que não me responde porque eu acho que tem obrigação disso, os dinheiros do Município são dos Municípios e temos o direito de saber”.-----

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra e disse “ o assunto que me traz aqui hoje acho que tem uma importância que a meu ver deve preocupar a todos em geral e a alguns mais em particular, para tentar inverter uma situação que nos últimos anos tem dado muito que falar quer a nível Nacional, quer a nível Mundial. O assunto em questão é a degradação e a esterilidade dos solos agrícolas portanto isso é devido ao arrastamento das terras aráveis na maioria das vezes provocadas por más intervenções do homem e da máquina e perguntam-me vocês onde eu quero chegar? , eu quero chegar a um adágio muito prático e que todos percebem que é muito simples: «donde se tira e não se põe acaba, acabou, morreu, gastou-se». Neste caso concreto chegava-se á rocha mãe e sabem que a formação de um solo agrícola a partir da rocha mãe demora milhares e milhares de anos. Perante isto e depois de ter visto um fenómeno que por acaso em concreto não foi no nosso concelho num caminho rural achei por bem chamar a atenção para este facto. Há caminhos que durante o Inverno se tornam intransitáveis devido ao arrastamento das terras e é costume e normal em grande parte dos casos como todos nós sabemos passar a auto niveladora que tira a terra dos altos, mete nos baixos, nos ribeiros, acaba o trabalho olhamos para ali e aparentemente e digo só e repito só aparentemente parece uma estrada mas e normalmente e quase sempre sem valetas. Não quero dizer com isto para não ser utilizada a auto niveladora antes pelo contrário a auto niveladora deve ser utilizada e muito bastantes vezes mas não para corrigir portanto os estragos provocados pelas intempéries pelas águas mas sim para evitá-los. Evitando esses estragos como? Fazendo valetas quer longitudinais, quer transversais e como não é fácil como toda a gente sabe desviar a água dos seus cursos naturais deve ser feito por alguém, como é evidente que saiba executar os trabalhos. Eu penso que todos devemos pensar um bocadinho seriamente nisto porque acho que pouco ou muito, mais nuns casos que noutros contribuimos positivamente para a não degradação dos terrenos agrícolas. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia pedia-lhe mais já agora um mi

nutinho e fico despachado. Não quero gastar esse minuto por exemplo a falar da estação de camionagem pois isso seria lavar roupa em água suja ou seria matar a sede em água mas sim fazer apenas duas perguntas. Uma ao Senhor Presidente da Câmara que era o seguinte: eu vou-lhe perguntar - Se não acha que as aldeias devem ter o mesmo tratamento em relação á limpeza como a sede do concelho? Eu já sei que a sua resposta vai ser positiva, o Senhor concorda comigo nesse aspecto e eu concordo consigo então pergunto: porque não cede pessoal de limpeza a quem lho pede? Tinha outra pergunta que lha queria fazer ao Senhor Vereador Pimentel.-----  
-----Senhor Vereador António Pimentel eu de facto queria-lhe perguntar: Se o Senhor é alérgico a cantoneiros? E pergunto-lhe isto porquê, porque nas duas Primaveras eleitorais que o Senhor teve arranjou sempre problemas, ou teve sempre problemas com cantoneiros, eu queria-lhe perguntar e deixava um será que é por limparem mal as valetas ou será que é por limparem alguns votinhos, gostava que me respondesse a isto. Bom e já agora penso que fui bastante rápido e sucinto queria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara porque em conversa formal com os seus colegas autárquicos e meus amigos pessoais cheguei á conclusão, cheguei não disseram-me eles e por isso é que lhe quero dar os parabéns pela forma brilhante e arrenegada como o Senhor se debate nas suas intervenções e nos seus pedidos na CCRN mas também me disseram e essa já foi a conclusão que eu tirei, que infelizmente a esse seu trabalho acontece-lhe como me acontece a mim aqui nesta Assembleia”.-----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventozelo usou a seguir da palavra e disse: “em primeiro lugar quero agradecer à Câmara Municipal pela simpatia de colocar novas placas no cruzamento de Santiago, onde diz Ventozelo e no cruzamento de Ventozelo onde diz Ventozelo, quero agradecer porque? Porque vim aqui várias vezes a pedir as placas e nunca tiveram a capacidade de as colocar a tempos teve a Junta de Ventozelo de mandar fazer quatro e colocá-las com uma anotação por baixo «propriedade da Junta de Ventozelo» e coloquei-as lá e não tenho vergonha de dizer que as coloquei porque várias vezes fiz esse pedido aqui, o que não aconteceu, portanto pecaram por ser tardias essas placas, mas agradeço, mas também quero pedir-lhe que as placas que são propriedade da Junta de Ventozelo, eu as quero, quero-as levar para Ventozelo, pelo menos se não servirem para mais nada ficam para um museu futuro, depois outro assunto que me trás aqui é o seguinte: consta-se que houve uma pessoa de Ventozelo que veio a falar com o Senhor Vereador Pimentel e que lhe pediu alguma coisa, não vou especificar o que lhe pediu e que o Senhor Pimentel vira-se para essa pessoa e que lhe diz para Ventozelo zero eu quero perguntar ao Senhor Pimentel se é verdade, se é mentira, que diga alguma coisa sobre esse assunto”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra e disse: “ a minha intervenção hoje neste ponto resume-se a quatro perguntas que quero colocar directamente ao executivo e começando precisamente por dizer que toda esta Assembleia gostaria de estar informada do ponto da situação em que se encontra o processo de revisão do PDM já que nos finais de Dois Mil e Cinco se previa que esse processo estaria concluído, até á data não tivemos qualquer informação do andamento da revisão do PDM porque é um assunto de extrema importância para a vida do Município que esse processo se leve a bom cabo e que se dê as alterações que são necessárias para a revisão do PDM. -----

-----Outro assunto que queria colocar e perguntar precisamente ao Senhor Presidente (como já se passou praticamente três meses desde a última Assembleia) e a uma das questões que coloquei na última Assembleia a resposta do Senhor Presidente que me disse que «desse assunto não me lembro vou averiguar e na próxima Assembleia que me responderia». Vou colocar novamente a questão: Se já se lembra qual o tratamento que foi dado à Junta de Freguesia de Brunhoso e aquele que está a ser dado à Junta de Freguesia de Bemposta? -----

-----Informe esta Assembleia se de facto já se lembra desse tratamento. -----

-----Outra questão e porque já foi levantada nesta sala anteriormente pelo Deputado Municipal Ilídio Martins é de que se esclareça esta Assembleia qual é o ponto da situação em relação ás Águas de Trás -os-Montes. Se saímos, se nos mantemos porque aparecem notas de reuniões que houve com as Águas de Trás-os-Montes e portanto convinha que esta Assembleia ficasse esclarecida de qual o ponto da situação em relação ás Águas de Trás-os-Montes. -----

-----Outro assunto que quero ver esclarecido é que se dê informação clara, inequívoca para todos os Presidentes das Juntas de Freguesia. Quantos contratos programa foram já assinados com as Juntas de Freguesia e com que Juntas foram esses assinados para absorver os tais, não sei se são cinquenta, se são quarenta por cento das transferências de capital, portanto tem sido informado que uma parte das transferências de capital são dadas directamente, outra parte serão através de protocolos. Convinha que também esta Assembleia ficasse esclarecida e ficasse informada quais as juntas que já beneficiaram desses protocolos e quais as que estão previstas beneficiar desses protocolos. -----

-----Por último vou colocar uma questão que há já algum tempo a coloquei directamente ao Senhor Presidente, não em Assembleia mas no próprio gabinete do Senhor Presidente, isto tem a ver com os chamados trabalhos de natureza simples, as chamadas TNS ou mais concretamente nesta Assembleia pelo menos os Senhores Presidentes da Junta terão um maior conhecimento, o que tem sido mais utilizado para a recuperação das

igrejas do nosso concelho. Coloco esta questão e gostaria que o Senhor Presidente me respondesse directamente se dentro do concelho para executar essas obras há dois tipos de executores, aqueles que estão legalmente autorizados por alvará a fazer obras e aqueles que de facto não têm alvará para fazer obras e isto refiro-me concretamente à recuperação da igreja da Castanheira a qual elaborou um concurso a respectiva comissão fabriqueira obra essa que foi a concurso com a colaboração da Câmara Municipal e muito bem, que lhe deu todo o apoio na elaboração do projecto e na elaboração do concurso, obra essa que depois de ser concursada foi adjudicada a um determinado empreiteiro que tinha alvará para executar essa obra. Não se sabe bem porque cargas de água que pressões foram exercidas para que a comissão fabriqueira retirasse a obra a quem inicialmente lhe tinha sido entregue para executar e foi entregue a um novo empreiteiro que também tinha concorrido a essa obra, acontece porém que essa obra que está a ser executada o empreiteiro não tem alvará para a executar portanto é uma obra de recuperação no valor de cento e cinco mil euros que teria que ser executada por um empreiteiro com um alvará no mínimo da 1ª classe, acontece porém que é do conhecimento da Câmara Municipal que essa obra está a ser executada e portanto o empreiteiro que está a executá-la não tem alvará para esse efeito, pergunto ao Senhor Presidente se pactua com esta ilegalidade ou o que pretende fazer para que isto seja corrigido”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às questões que ali foram apresentadas, deu a palavra ao Senhor Presidente.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** depois das protocolares saudações disse: “vamos então começar mais uma vez a ter que responder a esta panóplia que se agradece de questões que aqui põe, porque todas as questões que sirvam para esclarecer e para modificar muitas vezes as funções, as formas de procedimento do executivo, são sempre de interesse”.

-----Respondendo ao Deputado José Pinto acerca do acesso Remondes-Paradela disse: “apresentas outra proposta, não é assim, agradecia-te que a apresentasses escrita para nós podermos analisar a tua proposta.

-----Tiago Calejo os cortes na Avenida Nossa Senhora do Caminho têm duas vertentes uma a tua porque o expressaste aqui que os cortes seriam bastante intensos, concordo já vi esses cortes também aqui em frente ao Montanha e vejo hoje árvores bonitas, bem recuperadas, mas há outros que dizem assim foi um bom corte porque de facto é insuportável que a Vila de Mogadouro no Verão tenha tantos, tantos, tantos estorninhos ali a perturbar a acção daqueles que veraneiam a Nossa Senhora do Caminho, é isto que eu tenho a dizer a Câmara tem Serviços Técnicos eu pessoalmente também não disse corta aqui e corta ali mas eu pessoalmente até concordo com esses cortes.

-----Doutor Luís Tibério as actas da reunião da Câmara que prometi dar e como apesar dos meus setenta e um anos sou um homem das informáticas, moderno por isso a partir de Março creio eu terá reunião por reunião na Internet na página da câmara, assim torna-se tudo mais fácil, se houver alguém que pretenda que ela lhe seja fornecida por escrito faremos isso. ----

-----Quanto á Central de Camionagem e quanto à Casa da Cultura, eu devo-lhe dizer que o projecto da Central de Camionagem foi feito e no entender de muita gente da destruição que lá estava foi um projecto que talvez não tivesse sido bem analisado do ponto de vista funcional, do ponto de vista estético, do ponto de vista obra de arte, do ponto de vista arquitectura aconselho a ver algumas revistas (na casa jardins, na construtiva, são sete ou oito revistas), mas do ponto de vista funcional as coisas não eram assim, houve e aliás os Senhores também disseram aqui que foram queixas quanto ás bilheteiras, quanto á sala de espera, creio que a Zita uma vez disse aqui que as Senhoras se queixavam que aquilo não podia ser de maneira nenhuma estarem cá fora, evidentemente que o túnel foi construído para ser uma sala de espera e isso tudo mas a viabilização económica também interessa um pouco e optou-se por alugar aquilo, concessioná-lo a um café porque concessionando a um café as despesas com a Central de Camionagem ficam a zero e as obras que lá vão ser feitas estão longe, longe, longe de ficarem em cinquenta mil euros, provavelmente nem dez por cento disso acontece. Sabe que quando ler os jornais e os citar aqui provavelmente é preferível telefonar ao Presidente da Câmara (quando for eu a fazer as afirmações) e dizer o Senhor afirmou isto assim, assim, faça isso e vai ver que não se arrepende. As obras que se fazem hoje na Central de Camionagem: as cabines da venda de bilhetes são retiradas desse efeito e passam a ser utilizadas para guardar malas e embalagens, as bilheteiras passam para dentro do bar, para o topo, ficam ali duas bilheteiras conjuntamente com a sala de estar, já ninguém se pode queixar do frio, nem do calor tanto no Inverno como no Verão e depois o resto fica adstrito ao bar. As obras que estão previstas ali são estas mesmo. A Central de Camionagem é essa obra, á experiência com certeza se refere o Vereador Pimentel se não for isso ele que diga, foi a experiência que se passou desde que se inaugurou até agora porque se verificou que provavelmente não era a forma mais cómoda de ter os utentes porque ela foi feita precisamente para dar comodidade aos munícipes. -----

-----Quanto á Casa da Cultura estas obras não foram feitas por imaginação de quem quer que fosse, estas obras foram feitas porque são impostas, nós até hoje durante cinco anos nunca conseguimos legalizar a Casa da Cultura, aliás lembro-me bem já passado um ano tínhamos a receber da Casa da Cultura trinta e quatro mil contos e foi preciso reunir muitas, muitas vezes com o executivo anterior, com os deputados da Assembleia anterior para ver qual seria a solução que se dava aquilo e a

solução encontrada foi eu ir a Lisboa nessas manifestações que diz o Altino a expor e lá conseguimos fazer isso mas o elevador, o corrimão, isto e aquilo, objectores de segurança, isso tem que ser feito um projecto, o projecto demora tempo, o GAT está a fazê-lo, vão começar essas obras nesse sentido porque senão ninguém legaliza e isso já estava escrito na altura também, houve ali deficiências e é por isso que eu digo não culpo ninguém mas houve deficiências porque já na altura quando eu entrei não conseguimos legalizar a Casa da Cultura, oxalá que consigamos dentro deste mandato. -----

-----Quanto ao Ilídio e quanto ás águas nós tomámos uma decisão tanto na Câmara por unanimidade como depois aqui nesta Assembleia por maioria de sair das Águas de Portugal, foram quatro anos de negociações em que nos disseram sistematicamente que só ficavam com a alta e ficar com a alta significava que cada metro cúbico de água saída da barragem era pago pela Câmara e quando chega-se aos contadores nessa altura havia sessenta e seis por cento de perdas nós só colhíamos trinta e quatro e tínhamos de pagar os cem era ruinoso além da existência de economia na vila por causa das vacas etc. etc. etc. E isto arrastou-se até que trouxemos o problema novamente à Câmara e novamente á Assembleia e daí encetámos o processo de saída das Águas de Portugal, enviamos um officio ás águas de Trós-os-Montes de Vila Real a dizer assim: por decisão da Assembleia e por decisão de tal, tal, tal... comunicamos-lhe que a partir deste momento saímos das Águas de Portugal. Resposta das Águas de Portugal: O Senhor enganou-se na direcção porque deve fazer este pedido ao Senhor Ministro do Ambiente, nessa altura fez-se o pedido ao Senhor Ministro do Ambiente e o Senhor Ministro do Ambiente ou o chefe de gabinete dele responde desse requerimento deve ser dado conhecimento ao IRAR, demos conhecimento ao IRAR e o IRAR enviou-nos uma série de requisitos em que diz para sair das águas é preciso isto e tem que ser pedido ao Ministro, volta a pedir-se ao Ministro, isto já lá vão cinco meses e só agora no dia um de Março é que nos foi dada audiência pelo Ministro depois de sete officios a pedir audiência e ao oitavo eu ameaçar que ia lá para a porta para ele me receber porque nesta altura tornava-se impossível esperar mais tempo. Ele tem que dizer ou sim ou não, em face do não é não e nós dizemos assim então agora vamos ver qual a atitude que tomamos, em face do sim saímos, em face do não e fazendo jus ás reuniões que tivemos, uma que tive não na qualidade de Presidente da Câmara mas na qualidade de Presidente da Associação dos Municípios do Douro Superior. O Pimentel quis lá ir e eu fui ouvir na qualidade de Presidente até porque tinha que ir presidir á reunião e aí foi dito tens á tua disposição hoje a baixa, tens isto, tens aquilo tens aquele outro e passados oito dias disso ele telefona para aqui e pede uma audiência com o Presidente da Câmara, sim Senhor faça o favor de vir e cá veio a explicar o

que eles davam agora de mais, que parte dos nossos para sair das Águas de Portugal estariam ultrapassados dado que eles já contemplavam essa situações e eu afirmei-lhe tenho que ir a falar com o Ministro, eles que nos marquem a audiência, não sei se foi ele que interferiu para nos darem a audiência no dia um de Março senão mas é assim. Isto é o estado em que estão as negociações, vamos ouvir o Ministro, vamos ver o que ele diz para eu te poder informar doutra maneira. -----

-----Quanto á energia nuclear o problema não é a posição do Presidente do Município, o Presidente foi a opinião da maior freguesia do concelho, foi Bemposta que desencadeou esse sistema de travão á energia nuclear, em seguida foi a Câmara Municipal de Mogadouro (a Câmara Municipal por unanimidade), em seguida foi a Assembleia Distrital e por último a Associação dos Municípios do Douro Superior, agora se quereis cá trazer outros escolhidos eu faço-te a vontade marca-se uma sessão com indivíduos dum lado e indivíduos do outro, faço como quiseses porque eu na altura também pedi ao Ministério da economia ou da energia eles é que não mandaram, mas isso não é uma coisa que..., a agenda da Casa da Cultura não está tão cheia, tão cheia, tão cheia que não suporte mais uma sessão dessa natureza. Evidentemente que o Carlos Pimenta defende (está mais nas eólicas, nas renováveis) evidentemente que o Aníbal Fernandes está também, é o chefe das eólicas e quem nos dera a nós que ele conseguisse agora o que conseguimos para o concelho de Mogadouro, foi os dois postesinhos lá para cima que ainda vão render uns quase quinhentos contos por mês mas que o governo, este governo desviou os concursos para nível Nacional e neste momento aqui em Mogadouro nada, quando eram determinados oitenta mega watts ficamos com três virgula oitenta e cinco, agora serem os professores os detentores e a reserva da ética nestas coisas quando se trata de energia nuclear não considero que os professores sejam assim tão incólumes como isso, isto de professores, cientistas tudo isso hoje (não digo todos) mas muitos, daquilo que se lhe paga e que se lhe pede, até no campo dos medicamentos se fazem bem ou mal á saúde nós vemos dessas coisas quanto mais no resto. Agora propõe-nos aqui que façamos um estudo eu não sou contra isso, custa-me largar o dinheiro como em tudo mas não sou contra isso, olha proponde um estudo desses mas propõe aos indivíduos ao mesmo tempo que vão estudar para depois podermos tirar conclusões correctas sem ser por interferência do capitalismo. -----

-----Deputada Antónia sala de computadores refere-se àquela escola EB1 não refere? Foram lá postos pela Câmara catorze computadores e quando lá fui eu e o Engenheiro Monteiro oferecer aqueles computadores estavam todos com ficha, todos a funcionar tudo, tudo, tudo, desde então a Câmara nunca recebeu nenhum ofício a dizer que não estavam a funcionar. Quanto aos planadores existem três planadores em Mogadouro, um é da «associação voa douro» fez um projecto e deram-lhe um planador, a

Câmara não tem nada a ver com isso, a Câmara tem dois planadores e foram obtidos por um protocolo e um projecto apresentado e subsidiado pelo Pictur.-----

-----Altino quanto á esterilidade dos solos (tu bem dizes que concordo contigo), é só porque dizes coisas acertadas senão não concordava contigo, a esterilidade dos solos e todas essas coisas dizes tu que as terras que se perdem, nunca mais recuperam, são milhões de anos o Lavoisier não era tão incisivo dizia «Na Natureza nada se perde tudo se transforma», lá se vai transformando com mais um bocadinho de estrume menos um bocadinho de estrume se calhar recuperavam mas concordo contigo plenamente quando dizes que o homem e a construção são uns agentes fundamentais na destruição da natureza mas hoje á leis, tentam cumprir-se, sabemos que quando se constrói nas linhas de água como tu dizes o resultado é uma enchurrada. Quanto á limpeza das aldeias vai-se fazendo o que se pode, nós aqui na Vila vamos concessionar isso, fizemos um concurso para concessionar á parte privada e os cantoneiros de limpeza que estão no quadro não vão ser despedidos nem transferidos a não ser que pretendam para essa empresa, desses restantes evidentemente que temos que pensar possivelmente uma escala ou levá-los para a jardinagem. Quanto ás valetas, isto aqui já não percebo bem, não estou bem dentro desse problema. Quanto àquilo que dizem da CCDR isso também não tem uma importância muito, muito grande porque falar muito ou falar pouco não tem grande importância, tem grande importância aquilo que se diz e tem grande importância aquilo que se consegue, porque depois de facto também ás vezes falando demais e estando sempre a insistir no mesmo assunto (quando era do IC5 e aqui das estradas do concelho e da ponte de ventoselo) diziam-me assim: «ò homem você está sempre com essas coisas, deixe lá isso», assim como em plena reunião da CCDR com duzentos indivíduos ali perante a minha intervenção o chefe da CCDR diz assim: à isso a estação do TVG. -----

-----Quanto ás placas «ò Cândido não dissems nada por as placas pôs lá as placas achamos muito bem, não tivemos problemas nenhuns. Quanto ao Pimentel ele vem aqui responder. -----

-----Aníbal Moreno vamos lá então dizer-lhe o processo de revisão do PDM é um processo que não depende propriamente do Município de Mogadouro. Mogadouro tem que ter uma comissão de acompanhamento do PDM, tem de ter, constituiu-a, constituiu-a há dois anos, tivemos a primeira reunião do PDM há dois anos eram trinta e eu propus mais um, trinta e um não para desempatar mas sim porque era um arqueólogo e eu achava que sendo a nossa zona tão rica em arqueologia devia ter também um arqueólogo, foi aceite e falou-se que dentro de um mês se fazia não sei o quê, não dentro de um mês não vão fazer nada dentro de um mês têm que ir a Mogadouro visitar o concelho um ou dois dias para se aperceberem das

condições do concelho e poderem formular as vossas hipóteses de remodelação do PDM tanto a nível da vila como a nível das aldeias com bases concretas, com conhecimento no terreno e muito bem, o resultado foi que nunca mais cá vieram, vieram agora, aí á questão de um mês, mas entretanto em reuniões várias que tive na CCDR fui chamando sempre a atenção para o problema do PDM porque isso é de facto fundamental para o nosso concelho. A penúltima das quais foi em Bragança quando veio aqui o Senhor Ministro das obras públicas, Ministra da Assistência e Primeiro Ministro e disse-lhe o Senhor Primeiro Ministro tem andado agora muito entusiasmado com a simplificação e desburocratização do estado eu dou-lhe os meus parabéns mas aqui o Engenheiro Carlos Lages e o Engenheiro Ricardo Magalhães disseram-me que para rever um PDM entre quatro e nove anos, bom ou isso se desburocratiza ou isso se agiliza, ou Mogadouro tem prejuízos extraordinários no seu desenvolvimento, tomou nota e diz assim vou tratar disso, não há muito tempo, há seis ou sete meses vamos esperar por essa situação. É tudo o que há sobre o PDM. -----

-----Quanto á Junta de Freguesia de Brunhoso eu creio que não é a mesma coisa, a Junta de Freguesia de Brunhoso herdou como herdou Bemposta uma dívida, a Junta de Freguesia de Brunhoso tinham-lhe (a antiga Presidente da Junta de Brunhoso fez a obra de uma rua em que creio que parte até era Camarária, aliás nem compreendi bem esse problema), quanto a Bemposta é uma dívida que se paga e se pagamos a dívida de Bemposta ao ADSE quem é que vai passar a pagar as dívidas ao ADSE ou a quem quer que seja, é a Câmara? Não pode haver precedentes dessa natureza. Quanto ás águas era isso das reuniões que se tiveram com as Águas de Portugal depois da reunião aqui, foi com a Associação do Douro Superior. Quanto aos contratos programa o Pimentel faz-me o favor de responder e quanto ás TMS sabe que isto dos cafés (eu antes não frequentava cafés mas agora frequento cafés) alguém nos vem dizer: «Olha que o Moreno vai lá por este problema» e então eu tenho que o dizer porque me informei, porque senão também não lhe sabia responder, tenho que lhe dizer que o Senhor Aníbal Moreno..., em primeiro lugar queria dizer que a Comissão Fabriqueira da Castanheira resolveu pedir á Câmara que fizesse um projecto para obras na Igreja da Castanheira, pede isso à Câmara, a Câmara diz á Architecta que faça o projecto, o projecto foi feito, foi enviado para a CCDR Norte e foi aprovado e a Câmara em regra participou esse projecto, em condições normais a acção da Câmara acaba aqui, nós não temos nada que ver, nós só temos que ver quando somos o dono da obra e a Câmara não é dono da obra junto das fabriqueiras pode quanto muito dar uma ajuda técnica se eles lhe pedirem, mas dono da obra não, concursos não, é tudo com eles. E pronto em condições normais a acção acaba aqui dado que o dono da obra é a Comissão Fabriqueira, bem mas entretanto quando era para ir para concurso, aquilo tinha que ir para

concurso, o Moreno telefonou á Architecta a saber quais eram os tramites normais num concurso desta natureza porque um seu cliente não sei quê, não sei quê, não sei quê, e creio que a architecta lhe forneceu esses dados e o concurso foi feito, foi feito o concurso e a obra foi atribuída ao Senhor Acúrcio porque era o preço mais baixo ficando em segundo lugar o Senhor Trindade de Sendim, o terceiro o Senhor José Luís Nogueira e ainda um quarto. O Senhor Moreno então aborda-me na qualidade de Múncipe, como sempre é entrada livre logo o recebi naquele momento e pôs-me o problema, «olhe que foi atribuída uma obra ao Senhor fulano tal que não tem alvará» e fui directo á Architecta e disse-lhe: «Olhe lá, passa-se isto, (leve-lhe aquele papel que me deixou ali) e ela disse-me está bem e então qual é o preço, o preço não sei, se ele diz que não tem alvará o problema não está no preço está no alvará, pronto eu vou então ver isso do alvará» e a Architecta chamou aqui o Senhor Acúrcio e de facto o Senhor Acúrcio não tem alvará, não tinha alvará e a resposta do Senhor Acúrcio «não sei para que é que me está com essas coisas porque quantos há para aí que não têm alvará que andam aí a fazer obras» mas nós não temos nada a ver com isso, então comunicado o caso vieram ali os da Castanheira e pediram à Architecta que lhe visse o problema e a Architecta pôs o Senhor Trindade de Sendim em primeiro lugar, quando chegaram à Castanheira houve uma revolução dos diabos que não queriam lá o Senhor Trindade, uns queriam o José Luís Nogueira, outros queriam o outro, essas coisas todas que tu já sabes, a partir daí não temos nada com isso, porque quem tem que se ver com os alvarás, quem tem que se ver com essas coisas todas é o IMOP e o IMOP é que sim e tem tanto que ver que ainda anteontem vinha no jornal que tinha caçado não sei quantos coisos por não terem alvará, isso é tudo o que eu sei sobre o assunto, a partir daqui não sei absolutamente mais nada. E creio que está tudo respondido”.....

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador António Pimentel usou a seguir da palavra e começou por responder ao Senhor Presidente da Junta de Ventoselo e só para lhe dizer: “ não vou adiantar mais que eu não ando no mundo por ver andar os outros nem digo porque me disseram e a prova é que até as placas lhe mandei substituir, até o investimento de novas placas a Câmara teve que fazer para retirar as suas que colocou lá indevidamente e ainda a Câmara fez-lhe inclusivamente uma óptima estrada na sua freguesia de Ventoselo para Vilarinho e aí sim quem disse que a Câmara nada fazia em Ventoselo foi o Senhor Presidente da Junta porque considerou que esse investimento não era investimento para Ventoselo e o Senhor Presidente da Junta sabe (embora há muito tempo não tenhamos trocado impressões porque não quer porque a porta do meu gabinete está sempre aberta) que a Câmara se encontra a estudar no momento a questão da resolução do problema da água tendo falado inclusivamente com alguém de Algosinho para ver se nos cede terreno para

poder implantar um depósito que possa permitir equacionar o problema da água de Ventoselo e sobre isso não digo mais, esta é a situação e a porta do gabinete está sempre aberta - quando quiser em vez de dizer ouvi, vai lá e fala com as pessoas.-----

-----Depois da explicação que eu acho exaustiva que o Senhor Presidente da Câmara deu sobre tudo não me vai levar a mal mas eu gostava de ler só aqui os quesitos que o Ministério da Cultura colocou á Câmara Municipal para poder licenciar a Casa da Cultura, para ela poder estar aberta convenientemente e respeitando todas as normas que naturalmente não foram cumpridas aquando da sua construção, realmente é fastidioso estar-vos a maçar com isso que são duas páginas de documentação, eu se calhar depois forneceria ao líder parlamentar. Digamos, aquilo que o Ministério da Cultura exigiu, exigiu e a Câmara fez. A Câmara mandou fazer o projecto de modo a resolver todos estes problemas e mais fez já o concurso só que infelizmente o concurso que era de cento e pouco mil euros ficou deserto, já foram feitas novas diligências para reabrir novamente o concurso fazendo a consulta a outras casas e este é o ponto da situação e eu vou-vos poupar e não vos vou ler isto mas dizer-vos que são inúmeros artigos que é preciso corrigir. -----

-----Sobre a Central de Camionagem não vou dizer nada que o Senhor Presidente já disse tudo”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador João Henriques no uso da palavra disse: “ Dois breves esclarecimentos - em primeiro lugar em relação ás escolas e aos computadores. Foi assumido perante mim, o Engenheiro Mário Rui Soares que é o Vice Director ou Sub Director da DREN com o Doutor Mário Grave e com o Doutor Jacinto Galvão que quem colocaria os computadores a funcionar naquela sala era o executivo das escolas portanto se há alguma coisa a solicitar é ao executivo, e espero que o faça com esta indicação. -----

Em relação á revisão do PDM só um pequeno esclarecimento, a revisão demora os anos que o Presidente disse mas no entanto estamos a fazer uma alteração ao PDM, e essa alteração ao PDM que queremos que seja rápida, ou o mais rápido possível está neste momento em discussão pública e esta alteração tem a ver com parte da Zona Industrial e tem a ver muito com o perímetro urbano e com a possibilidade de construir os estábulos e as vacarias que não tenham a distância de duzentos metros ao limite do perímetro urbano para tentar resolver grande parte dos problemas que estão criados já neste momento. Portanto nós agradecemos que como estão em discussão pública que os Senhores todos nos possam fazer chegar a vossa colaboração no sentido de poderem dar força a esta alteração para resolvermos grande parte dos problemas que hoje existem nomeadamente na agricultura”-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou novamente da palavra e disse: “Acabámos o período e estamos ligeiramente atrasados, vamos então fazer o seguinte: - estamos com mais de meia hora para lá do prazo era caso para perguntar á Assembleia mas depreendo que as pessoas naturalmente não foram esclarecidas conforme desejariam vamos reservar mais um quarto de hora ou vinte minutos de novas intervenções, resumindo as intervenções a dois minutos se fizerem o favor”.-----

Quem é que se quer inscrever ainda para complementar? -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventoselo no uso da palavra começou por dizer: “é fácil vir o Senhor Pimentel aqui e dizer que a culpa é do Presidente de Ventoselo que disse: (que a Câmara não fez obras para lá) e é verdade a Câmara no primeiro mandato não fez obra em Ventoselo. A estrada que vai de Ventoselo a Vilarinho não é uma obra de Ventoselo, é uma obra Municipal, é uma obra do Município, é para todos os Municípios que lá passam, tanto é para Ventoselo, como para o Senhor Pimentel, como para o Senhor Presidente, como para outra pessoa qualquer. Agora acontece que em relação ás placas foram postas indevidamente, pois claro que foram. Mas porquê? Porque o Senhor Pimentel as vezes que eu as pedi aqui se as tem posto a tempos, eu não as tinha posto indevidamente, nem tinha andado a gastar dinheiro que foi mal gasto, podia ter gasto o dinheiro noutras coisas melhor, mas como o Senhor Pimentel não se decidiu a pôr as placas a tempos eu fiz muito bem em as pôr lá e agora agradeço que me sejam devolvidas porque são de Ventoselo as placas”.-----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse que as respostas que lhe foram dadas pelo Senhor Presidente, lamento mas de facto não foram nada esclarecedoras e em relação ao PDM desculpem que vos diga mas..., claro que uma revisão do PDM leva o seu tempo, dá trabalho mas também não ouvi aqui dizer que pelo menos que eu saiba e acho que esse é o conhecimento geral, o PDM está adjudicado a alguma empresa portanto o trabalho de sapa é dessa empresa que tem que o fazer, depois de estar feito que se reúnam as comissões, provavelmente a empresa a quem foi adjudicado o PDM estará parada.-----

-----Também não me foi respondido não sei porquê – Será que há alguma coisa a esconder, porque é que não me foi respondido quantos contratos-programa já foram assinados com as Juntas de Freguesia para aproveitar as transferências de capital que não estão distribuídas directamente, gostava de ver esta questão respondida para que de facto toda a Assembleia tenha conhecimento das Juntas de Freguesia contempladas com os contratos-programa. -----

-----Não sei se a Antónia o escreveu ou se vem colocar aqui a questão dos planadores, eu acho que a resposta do Senhor Presidente não tem pés nem cabeça, portanto ignorou completamente a pergunta que lhe foi

colocada, deveria aproveitar este período para de facto esclarecer os gastos que têm sido feitos com os planadores, mas gastos feitos pela Câmara Municipal e a utilidade que tem sido tirada dessas escolas de planadores que existem. -----

-----Relativamente, e deixo para o fim a questão de alvarás ou não alvarás. Senhor Presidente eu acho que hoje deu aqui uma resposta e deu uma ideia a todos os Municípes que a partir de hoje podem fazer as casas e quem lhas construir, esses construtores não têm que ter alvará porque a Câmara demite-se dessa responsabilidade, o que acabou aqui por afirmar – «a Câmara não tem nada a ver com os alvarás», mas a Câmara é a entidade licenciadora do Município, é que só ela é que tem a ver quem é que pode construir ou não pode construir, quem atribui os alvarás claro que não é a Câmara mas a Câmara ao construtor que vai construir só tem que lhe dizer (mostre o alvará), porque qualquer um que manda construir uma casa ao levantar a licença se não apresenta o alvará a Câmara não lhe passa a licença e provavelmente o Senhor Presidente me vá dizer mas as fabriqueiras estão isentas de licença, pois com certeza que podem estar isentas de licença mas a obra a executar tem que ter alvará e portanto o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara tendo conhecimento disso não poderiam deixar que isso se arrastasse por mais tempo e o que está a acontecer é uma ilegalidade e a Câmara é completamente responsável por aquilo que se passa portanto convinha que analisa-se o assunto e depois dizer assim a população, mas a população o que é que tem a ver com o assunto porque senão queriam um construtor ou outro não o convidavam, eles foram convidados pela comissão fabriqueira, não os querendo então não os convidavam. A questão que se levanta é que a Câmara Municipal tendo conhecimento disso pôs-se de fora dizendo «Nós não temos nada a ver com isso» é que só tem a ver, toda a responsabilidade é da Câmara Municipal, do licenciamento das obras no Município e a partir de dois mil contos toda a obra que se faça o construtor que a fizer tem que ter alvará para fazer essa obra, se for inferior a dois mil contos poderá ser através do título de registo que não tem que ter alvará mas terá que estar registada no IMOP para poder executar esse tipo de obra portanto Senhor Presidente isto deu um sinal claro a esta Assembleia e á população deste Concelho que poderá avançar com qualquer tipo de construção porque a legalidade para a Câmara Municipal não está em causa, poderá avançar quem quiser a fazer obra por outro lado esta obra e o que é mais caricato uma obra que é financiada pelo estado, é financiada pela Câmara Municipal e que se deixe cometer esta ilegalidade”.-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra falando na questão das águas e disse: “ eu levanto o problema porque na Assembleia de vinte e nove de Junho foi-nos imposto a votação a galope de uma proposta feita justificando que passado uns dias haveria uma reunião importante com

outros Municípios para tratar do assunto, sobre esta dita reunião nem letra nem mandado – moita carrasco, não se ouviu nada, não se tem informação nenhuma correcta sobre isso. -----

-----Segundo assunto não se pode concluir Senhor Presidente que eu sou defensor do hobby nuclear nem de qualquer outro, não sou de nenhum, sou defensor do bem do concelho e penso que todas as fontes de progresso para o país e para o concelho são bem vindas, quais elas sejam não sei é por isso que advogo que seja constituída uma comissão mesmo que ela custe dinheiro e até porque custa dinheiro que publique um trabalho independente sobre isso e até mais se o Senhor Presidente entende que as eólicas ali em cima lhe dão algum rendimento então não deixe fugir se assim forem as conclusões do estudo, não deixe fugir o muito mais que lhe viria da instalação de uma empresa nuclear e mais e nem sequer vá por aí, vá por a fixação de pessoal e de famílias com capacidade económica no concelho, isto é que é fundamental, é muito mais importante a fixação das famílias do que qualquer rendimento directo que a Câmara possa obter com a vinda de uma qualquer central eléctrica seja ela hídrica, ou nuclear, ou eólica. O que é importante é a fixação de gente e os proveitos que daí virão. Nesse Capítulo estamos entendidos. -----

-----Uma última questão, uma última questão, a água está..., a água está..., quer dizer, então eu não percebo, desculpe se está em imensos sítios, se os espanhóis estão a implementar os estudos, estão a desactivar as estações construídas há trinta anos quando nós não construímos nenhuma, estão a desactivar as que construíram há trinta anos e estão a fazer novos estudos para outras, logo aquilo não é tão mau como isso, isto é um conceito de leigo, agora os estudiosos é que devem defender. O que não se pode é á partida dizer que a população de Bemposta rejeitou, ora meus amigos vamos para estudos, para termos uma opinião temos que ter informação, naturalmente se se mete medo com o papão do nuclear e das bombas nucleares julgamos que estamos no irão e vai tudo ao ar, como é que é isto? Se não há informação correcta sobre a segurança, sobre os novos métodos de trabalho, sobre as nossas potencialidades, sobre as energias novas nunca mais chegamos a lado nenhum. Se não há informação correcta, digna, isenta, se deixarem de fazer comícios e fizerem informação correcta vão ver qual é o resultado disso, estamos fartos disso.-----

-----O Senhor Presidente falou que deturpam as suas opiniões quando os jornalistas escrevem, Senhor jornalista fez muito mal se deturpou alguma vez a opinião do Senhor Presidente ou de quem quer que seja, mas uma coisa é um jornalista ser acusado de deturpar, outra coisa é alguém ouvir com estes dois que a terra há-de comer palavras de membros do executivo, que essas aí não há deturpações, são palavras directas, os microfones não estragam as palavras, que eu saiba, nem os gravadores, portanto Senhor Presidente não é só o que escrevem os jornalistas, é o que

dizem os seus autarcas que por vezes se excedem quando lhe põem um microfone na frente. -----

-----Uma última questão «eu não tenho nada que tomar para mim as dores alheias, mas é uma questão de dignidade desta Assembleia», quando é posta aqui uma questão, a questão deixa de ser de quem a põe para ser de todos nós. O Senhor Presidente da Junta de Ventoselo fez aqui perguntas concretas, o Senhor Vereador Pimentel veio aqui e respondeu que tinha a porta dele do gabinete aberta, eu não sei se o Senhor Presidente da Junta, não nessa qualidade mas na qualidade de membro desta Assembleia, foi na qualidade de membro desta Assembleia aqui que lhe pôs a questão, se lhe quiser pôr questões na sua qualidade de Presidente da Junta que vá ao gabinete do Senhor Vereador Pimentel, ou de qualquer outro Vereador, ou do Senhor Presidente as vezes que queira «como eles dizem que têm a porta aberta» e que entre á vontade. Agora o que eu ponho é uma questão de dignidade a esta Assembleia. Foi aqui feita uma pergunta porque o Senhor Presidente da Junta na sua qualidade de membro da Assembleia Municipal entendeu que este era o local próprio para a pôr, o Senhor Vereador veio aqui a escusar-se a não responder dizendo que tinha a porta do gabinete aberta. E então o resto da Assembleia vai toda lá a ouvir a resposta, ou é o local correcto para a resposta aqui? Entendamos é uma questão de dignidade da Assembleia não é uma questão pessoal com ninguém”.-----

► **ANTÓNIA CARDOSO** ao usar novamente da palavra disse: “Ainda a propósito dos computadores, lamento se as informações me foram mal dadas mas agora vou falar em nomes, foi-me dito pelo Professor Paulo Borges que é Assessor do Executivo que os computadores estavam ali parados porque não tinham fichas de ligação, que já tinha sido solicitado á Câmara Municipal por duas vezes, inclusivamente que a semana a seguir prometeram ir lá e não teriam ido, portanto agora não sei onde está a falta. ----- Agora é ao Senhor Presidente da Câmara, como disse ali o Senhor Moreno permita-me que lhe diga que é óptimo na arte da fuga ás respostas porque eu teria perguntado tudo menos o que o Senhor Presidente me respondeu. Não perguntei quantos planadores tinha a Câmara Municipal, mas agora falando em quantos tem, esse que foi oferecido pelo Pictur, pelo programa Pictur, com certeza que é um programa a que se candidatam e que não é financiado a cem por cento também aí a Câmara terá uma verba gasta. De qualquer forma o que eu perguntei foi: Quais os lucros da Câmara? Como funcionaram esses cursos? Eu poderia ter dito mais mas uma palavra que eu não gosto de empregar é *consta-se*, cheira a boato, mas de facto *consta-se* que a Câmara terá uma despesa grande por cada formando porque subsidia os cursos em dois mil e tal euros. Portanto e agora eu digo terão que vir aqui agora a desmentir, mas com provas e ainda por cima que nenhum formando tinha obtido resultado, agora não sei se é

verdade, se é mentira, só não reprovaria um porque não tinha comparecido ao exame portanto se isso é penso que deve haver mais bom senso na gerência das verbas do Município”.

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques disse: “Só algumas coisas que em termos de esclarecimento do que foi aqui levantado e que estão algumas na minha alçada e por isso aqui estou para responder.

-----PDM e o tempo existente e se a empresa está a trabalhar ou não, é óbvio que a empresa está a trabalhar, a empresa é a empresa «**BASTOS**» e á várias fases da revisão do PDM e a primeira fase é a avaliação do PDM que está em execução e para se fazer tudo isso e para se avançar foi necessário uma cartografia digital que a Associação de Municípios do Douro Superior teve que fazer porque não existia para todos os concelhos esta cartografia e que só esteve disponível a partir de meados do ano passado portanto toda a parte de avaliação do PDM está feita, está em execução e está a avançar-se para novas propostas, ele está dentro dos tempos normais que são muitos e são muito dilatados, nenhum de nós gostaria que assim fosse, mas está dentro dos tempos normais da avaliação e da revisão do próprio PDM portanto a empresa está a cumprir com esses tempos, agora são anos porque as comissões de acompanhamento são de trinta e tal pessoas depois é não sei quantos da EDP, é não sei quantos das águas, é isto, é aquilo, e aquele outro e isto demora o tempo que tem que demorar infelizmente, infelizmente muito.

-----Em relação aos trabalhos de natureza simples e da Comissão Fabriqueira da Castanheira eu acredito que já foram pedidos esclarecimentos á Comissão Fabriqueira sobre este assunto, acredito que já tenha pedido porque como é ela o dono da obra e como é a ela que compete toda a responsabilidade de entrega da obra, acredito que já tenha pedido e que não seja este palco aqui, um palco só para mostrar algum tipo de preocupação que no terreno ela depois não existe, acredito que tenha sido feito porque a obra é da inteira responsabilidade da Comissão Fabriqueira da Castanheira, porque a obra não tem que ter licenciamento Municipal, porque a obra não tem que ter licenciamento Municipal, eu volto a dizer porque a obra não tem de ter, não tem de ter licenciamento Municipal por isso eles são trabalhos de natureza simples e os trabalhos de natureza simples como sabe, como sabe - porque nessa parte a lei ainda não alterou, os trabalhos de natureza simples quando não mexem com a estrutura do próprio equipamento não necessitam de licenciamento Municipal, só necessitam de comunicação ao Município de que eles vão ser efectuados portanto tudo isso eu julgo que a Comissão Fabriqueira o fez e o fez muito bem. Já agora deixe-me dizer-lhe que há candidaturas de trabalhos de natureza simples que nem têm que ser feitas através de empreitada, podem ser feitas por administração directa, é só preciso que vá no papel a dizer

que a candidatura é feita por administração directa, o que quer dizer que a questão do empreiteiro e do empreiteiro que está a fazer a obra se tem, ou se não tem alvará pode ser de sua menos importância não para nós que não temos aí nenhuma responsabilidade e se acha que tem há que comunicar às entidades devidas e as entidade devidas lá o farão mas pode fazê-lo de modo próprio não precisa obviamente da nossa ajuda para isso. -----  
-----Eu volto a dizer em relação á escola e aos computadores que em reunião informal com o Engenheiro Mário Rui Soares Sub Director da DREN, com o Doutor Mário Grave e com o Doutor Jacinto Galvão e comigo, os quatro, o Executivo do Agrupamento ficou ele – Executivo - de fazer a ligação aos computadores, não volto a dizer outra coisa, é a segunda vez que venho dizer rigorosamente o mesmo e que vai ficar gravado em acta e que pode fazer chegar ao Executivo, que acho muito bem que o faça chegar ao executivo. Está dito mais uma vez. -----  
-----Curso de **PLANADORES** – o curso de planadores foi efectivamente um aposta do Município, e foi uma aposta do Município inclusivamente quando decidiu por unanimidade nesta primeira fase fazer uma participação em termos de apoio Municipal para a execução deste tipo de investimento, um tipo de investimento que não tem a ver com o curso só em si mas com uma actividade que é a actividade que existe pouco em Portugal que é a actividade do Voo Planado ou do Voo á Vela e como há condições específicas em termos geográficas e climatéricas que o Concelho de Mogadouro tem, que o tornam riquíssimo para este tipo de actividade o Executivo deliberou por unanimidade fazer o apoio nestes primeiros cursos para que haja um incentivo e isto tudo comece a funcionar. Falam-nos aqui em aproveitamento do curso, bem o curso tem ou não tem aproveitamento, ele ainda não acabou, não há-de acabar tão depressa, quer dizer que há épocas de exame e há épocas de exame em que os candidatos vão a provas em épocas de exame, eu estou á vontade porque eu faço parte também desse curso, portanto aqui o que eu disser vou dizê-lo também como fazendo parte do grupo de pessoas que está a fazer este curso, porque entendi como Mogadourense que devia dar também aqui um empurrão para que mais pessoas pudessem fazer o curso e que mais incentivos houvesse para que jovens inclusivamente o pudessem fazer de uma forma agradável e na primeira época que fomos a exame teórico ninguém passou, ninguém passou, ninguém passou, a alguns deve-lhe dar um gozo fininho porque há sempre gente que vive bem com o mal dos outros – olha ninguém passou, porreiro. No entanto como foram de Mogadouro e do Aero Clube de Portugal e dos da Aero Clube de Portugal também ninguém passou, bem a gente também se vai contentando um bocadinho com o mal dos outros – olha não fomos só nós, os outros também não foram, e tal, e isto lá vai e vamos para uma nova época e vamos avançando e vamos para isso. Eu gostava sinceramente que nos dessem a todos os que estão a fazer o próprio

curso algum ânimo porque eu acho que é uma coisa inédita e desta coisa inédita pode servir para que o Concelho seja conhecido e mais falado á frente e o importante era o tal ânimo para que toda aquela gente que lá está, não por mim que eu sou o mais velho de todos eles, mas os outros jovens que lá estão, jovens promissores e jovens com muita capacidade pudessem fazer o curso e eles serem incentivadores dos outros jovens que por aí andam e que podem também fazer aquele curso e ter outra actividade a que se possam dedicar. Eu gostava honestamente que daqui saísse e que de todos nós saísse em termos particulares um apoio nomeadamente aqueles jovens que estão a fazer o curso. Agora não deixa de ser uma aposta do Município e que queremos ganhá-la a seu tempo, julgo que em Maio vai haver um novo exame, não sei se passarão, se não passarão logo aqui estaremos para também vos dar conhecimento disso. Muito obrigado pelo ânimo”.....

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador António Pimentel disse: “ Eu peço imensa desculpa porque efectivamente passou-me a questão dos contratos - programa para lhes dizer tão somente o seguinte eu creio que neste momento temos um contrato programa em desenvolvimento que é com a Junta de Freguesia de Travanca, que é a entrada de Travanca, isto porque foi aprovado na reunião apenas de nove de Janeiro por maioria, a importância a transferir para as Juntas de Freguesia que como sabem de cifra em seiscentos e cinquenta mil euros, trezentos e vinte e cinco mil com base nos critérios do **FEFE**, trezentos e vinte e cinco mil com base em contratos programas para obras específicas, destes trezentos e vinte e cinco mil está parte desta verba cabimentada com o contrato programa que foi estabelecido com a Junta de Freguesia de Meirinhos que ainda á bocado tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente e de lhe dizer que ele já vem e esta verba está cativa desde o tempo do seu antecessor que não tendo apresentado o projecto que era para a reestruturação da casa da Junta, Centro de Dia, enfim que é uma espécie das duas coisas mas que a certa altura entendeu o actual Presidente da Junta que através de uma acção que foi desenvolvida também com o apoio do Senhor Vice Presidente de fazer uma candidatura ao projecto **PARES**. Neste momento creio que estão a tentar ir por aí, entretanto deu entrada já na Câmara Municipal um outro pedido do Senhor Presidente da Junta para um contrato - programa, eventualmente teremos que esquecer este e passar para a recuperação da capela, para a zona envolvente de uma capela qualquer que eu agora não preciso o nome. Temos em estudo também mais alguns contratos – programas nomeadamente Castelo Branco para a construção do Centro de Dia de Castelo Branco fazendo o aproveitamento das escola primárias, temos também em estudo o contrato – programa com a Junta de Freguesia de Urrós que já tem o projecto das escolas primárias para a recuperação das escolas primárias e da zona envolvente, também com Brunhoso para a

construção de um Polidesportivo descoberto, portanto são estes em termos de contratos – programas assinados. Em execução temos Travanca, o valor de Travanca e noventa e quatro mil euros «grosso modo». Já agora queria aproveitar, até porque tenho aqui o número para que também os membros da Assembleia façam uma pequena ideia do valor que a Câmara Municipal transferiu para as Juntas de Freguesia ao longo destes cinco anos, querolhes dizer que foram transferidos para as Juntas de Freguesia do Concelho, para todas as Juntas, dois milhões setecentos e noventa e dois mil zero vinte e dois euros. É um esforço significativo que estou certo que não tem equiparação em qualquer outro Concelho do Distrito. Penso que é fácil constatar estes factos, é só solicitar os elementos, creio que não haverá uma outra Câmara que faça um esforço tão grande a nível das transferências e do apoio às Juntas de Freguesia”.

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia anunciou o ponto que se seguia na Ordem de Trabalhos: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do nº1do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida que esse documento está na posse dos Senhores Deputados e se alguém quiser fazer alguma intervenção sobre este documento faça o favor de se inscrever, declarou abertas as inscrições. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** já no uso da palavra disse: “gostaria que o Senhor Presidente da Câmara que no dia vinte e oito foi a uma reunião, no dia vinte e oito de Novembro de dois mil e seis donde possivelmente falou da ponte Ventoselo – Masueco pudesse dar uma informação aqui a esta Assembleia e em particular a mim porque sou um adepto da ponte Ventoselo – Masueco, depois tenho aqui mais duas ou três situações que quero também...-----

-----Senhor Vereador António Joaquim Pimentel participou aqui numa reunião no dia onze do um de dois mil e sete donde diz *Ministério da Saúde – Unidade de Cuidados Continuados – Estradas de Portugal*, como foi em Lisboa parece-me que também teria sido oportuno falar lá na ponte de Ventoselo – Masueco, não sei se falou, gostaria que pudesse dar uma informação bastante esclarecedora a esta Assembleia. Depois temos aqui outra no dia vinte e quatro do um de dois mil e sete donde diz *apresentação e debate do programa de desenvolvimento rural de dois mil e sete a dois mil e treze*, isto também é de extrema importância aonde o Senhor Pimentel deveria ter estado nessa reunião em Vila Real, gostaríamos de ouvir e eu também em particular porque isso diz..., trás grande importância o programa de desenvolvimento rural de dois mil e sete a dois mil e treze,

gostaríamos de ouvir o que se lá passou. -----  
-----Depois tenho aqui como o Vereador Engenheiro Dário que também teve duas reuniões, em vinte e dois do doze de dois mil e seis – ***a reunião Zona Agrária de Bragança*** com a engenheira Manuela Condado – ***Cozinhas Regionais***, ora isto também é um assunto de extrema importância porque há muitas pessoas interessadas nestas questões e dá-me impressão que em Ventozelo está a desenhar-se também pessoas com interesse para partirem para isso portanto gostaríamos de ouvir também o Senhor Dário sobre estas questões, depois tenho aqui ainda outra no dia vinte e nove do doze de dois mil e seis – ***Reunião Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Aprovação do Plano de Defesa Contra Incêndios***, ora isto também é de extrema importância, gostaríamos que fosse dado conhecimento a esta Assembleia destas reuniões”.-----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou também da palavra e disse: “ queria pedir aqui ao Senhor Presidente um esclarecimento sobre o conteúdo da reunião de dezanove de Janeiro do ***Conselho Municipal de Educação*** isto porque eu vi aqui agendada e falei com a nossa representante para que me informasse do que se tinha tratado e ela disse: «eu nem sequer fui convocada» portanto a nossa representante não foi convocada e a representante da Pré também não foi convocada. Não sei porquê?”-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou a seguir da palavra e disse: “estradas de Portugal, foi uma reunião que tivemos, queremos agradecer ao Engenheiro chefe aqui das estradas para Remondes porque não íamos com ela marcada e recebeu-nos às cinco e meia ou seis da tarde especificamente sobre a estrada do Cardal do Douro, sobre a estrada do Cardal do Douro, sobre as condições de recepção, portanto aquela estrada teve obras, era para ser entregue à Câmara, a Câmara anterior entendeu que não a devia receber porque as obras não correspondiam ao protocolo combinado, nós quando fomos estudar o problema entendemos isso mesmo e voltou o primeiro executivo a ter a mesma atitude, não a receber. Ora bem e fomos lá porquê? não para receber a estrada mas sim para lhes dizer que era muito feio condicionar o pagamento de estradas que nos prometeram nomeadamente a estrada do Variz e nomeadamente a estrada de São Pedro –Ponte de São Pedro, a aceitação ou não da reversão desta estrada. Evidentemente que não lucrámos nada com isso e tivemos que dizer que de facto as ligações de Mogadouro á Espanha não eram nenhuma porque a ligação de uma ponte não tem significado e falou-se também na ponte de Ventoselo, como aliás se fala sempre. Nesse mesmo dia e foi a razão porque fomos a Lisboa a falar com a Doutora Inês Guerreiro acerca da ***Unidade de Cuidados Continuados de Saúde*** lá nos esteve a dizer que em principio essa unidade abriria no mês de Abril, no mês de Abril após a admissão de pessoal, preparação de pessoal, formação para o pessoal, estaria em condições de abrir no mês de Abril, vamos esperar. Em Vila Real fui a uma reunião ao

QREN, já deve ter havido pelo menos dez ou doze, vamos lá sempre fazer a mesma coisa, ouvir a doutrina do QREN, ouvir que este ano as coisas vão ser assim, ouvir á cerca da doutrina do QREN, dizer bem este ano os projectos têm que ser com outra dimensão, têm que ser abrangentes, têm que ser intermunicipais, e não saímos daqui em nenhuma delas, no entanto interessa sempre ir a todas porque não indo é que ficamos a zero assim sempre podemos apanhar alguma coisa, vamos ver o que vai acontecer”.-----

► **DÁRIO MENDES** no uso da palavra disse: “em relação ás reuniões com a Senhora Engenheira Manuela Condado tem vindo a acontecer no sentido de nos informar como entidade licenciadora das *Cozinhas Regionais e Queijarias*. Quais os trâmites que devemos seguir? e que nos desenha logo ela própria as obras que é necessário fazer e que nos ajuda bastante nesse sentido. O Senhor se tem lá muita gente agradecemos imenso, ninguém aparece, acho que é uma boa aposta. -----

----- Em relação ao *Plano Municipal de Defesa da Floresta* foi feita a reunião a vinte e nove de Dezembro, aprovação do mesmo, foi entregue hoje uma cópia a cada líder parlamentar e foi enviada para a Direcção Regional de Florestas”.-----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou a seguir da palavra e disse: “ grande parte das reuniões normalmente o Senhor Presidente faz-se acompanhar do Vereador que tem os respectivos Pelouros e no caso concreto a algumas destas reuniões nomeadamente a reunião de Lisboa foi justamente participada por mim, o Senhor Presidente já explicou que tinha a ver com os *Cuidados Continuados*, já explicou que tem a ver com o embrólio que as estradas de Portugal persistem em criar á Câmara Municipal de Mogadouro e que estamos naturalmente a tentar resolver e que radicam o facto das **ESTRADAS DE PORTUGAL** quererem que a Câmara Municipal de Mogadouro aceite a transferêcia da estrada que vai do cruzamento de Urrós á barragem de Bemposta fazendo chantagem com a Câmara Municipal de Mogadouro no aspecto de que se não aceitarmos essa transferêcia não nos pagam as obras da desclassificação da estrada do Variz nem o Contrato – Programa que assinou connosco para a estrada de São Pedro. É uma situação intolerável que temos vindo a discutir e que continuaremos a discutir até conseguir os nossos objectivos com as **ESTRADAS DE PORTUGAL**. -----

----- Acrescentar também que talvez por lapso do Senhor Presidente foi uma das novidades importantes que a Doutora Inês Guerreiro nos transmitiu a propósito dos *Cuidados Continuados* que é muito importante para Mogadouro que já está definida a tipologia de camas que o *Centro de Cuidados Continuados* vai ter, irá ter dez camas de curto prazo e médio prazo e quinze camas de longo prazo, é esta a tipologia dos *Cuidados Continuados* que vamos ter. -----

-----Depois também falar que em termos de reuniões com o QREN,

meus amigos isto é assim, isto é um rosário que todos os autarcas deste País andam á cerca de meio ano que vão continuar provavelmente a andar mais meio ano porque vamos continuar em explicações porque o programa está atrasadíssimo e portanto em dois mil e sete ainda não vamos ter certamente dinheiro nem candidaturas ao QREN, isto quer no campo das autarquias, quer também no que diz respeito ao plano de desenvolvimento regional no que diz respeito á agricultura. Eu digo-vos sinceramente na reunião que estive em Vila Real fiquei satisfeito, se calhar mais satisfeito com o plano de desenvolvimento regional para a agricultura do que com o QREN – plano rural – exactamente, obrigado pela correcção porque efectivamente creio que vai num sentido mais abrangente e num sentido melhor, no restante quero-vos dizer que as autarquias estão a ser arredadas completamente do quarto quadro comunitário de apoio, completamente. Até aqui as autarquias intervinham na decisão, neste momento a decisão é única exclusivamente do governo. Será esta uma boa política? Estaremos cá em dois mil e treze para ver e para ver se o governo consegue por si só absorver as verbas do quarto quadro comunitário de apoio.-----  
-----Também dizer já agora, ninguém colocou mas, está aqui também uma reunião, também comigo e com o Senhor Presidente no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça – Casa dos Magistrados - para lhes dizer que já é a segunda pelo menos e que creio que estamos no bom caminho de conseguir que aquele património regresse á Câmara Municipal por um valor perfeitamente aceitável e comportável para a Câmara que creio vamos ter mais uma fase a seguir de acertos mas que na devida altura portanto, será comunicado á Assembleia mas muito abaixo naturalmente daquilo que foi solicitado á Câmara Municipal. Estivemos nessa reunião, discutiu-se o assunto, já informámos das nossa pretensões para baixo e depois haverá o resultado que estou certo será um resultado bom para a Câmara Municipal que poderá dispor daquilo para o objectivo que foi sempre aquele que o Senhor Presidente quis que era o Arquivo Municipal”.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra porque se esqueceu de falar na ponte de Ventoselo – Masueco e disse: “ a ponte de Ventoselo – Masueco deste lado tem sido muito falada e daquele lado também ao nível daqueles ayuntamentos ribeirinhos também tem sido muito falada só que aqui e eu já lhe transmiti isso pessoalmente, só aqui no Concelho nós e porque agora há uma revisão do plano rodoviário dois mil pedimos a integração da ponte respondem-nos sempre como responderam sempre entendem que tem um valor muito grande, que tem isto, tem aquilo mas vai haver sérias dificuldades em acoplar a ponte de Ventoselo – Masueco ao plano rodoviário, isto quer dizer que não, mas há um interesse grande daquele lado, sim senhor então vamos lá aquele lado, e quando fomos assinar o contrato de fronteiras marcamos um encontro com o Senhor responsável por isso que não é como nível Municipal e Distrital o

Governador Civil e o Presidente da Câmara mas é um representante do Governo Espanhol que se desloca ali, e deslocou, depois de o ouvir falar, não mas isso não é assim e já sabe que essas coisas não são assim, Salamanca não está muito interessada numa ponte dessa natureza. A base é esta, tinha falado com o Senhor Governador Civil e ele atenciosamente dispôs-se a fazer lá uma deslocação, quando isso acontecer tem que ser marcada lá com o mesmo representante espanhol, com o Hernandez que é aqui do Município de aldeia D`Ávila e fôr-me-ei acompanhar com o Senhor Governador Civil – já desta vez era para ser mas eu não tinha disponibilidade, mas o panorama geral não é bom.”-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para dar a palavra ao Senhor Deputado Altino Aleixo dizendo-lhe que o vai deixar falar no fim desta questão mas que não seja para voltar a repetir tudo outra vez porque dessa maneira nunca mais saíam dali. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou a seguir da palavra e disse: “é só para responder em relação ao Conselho Municipal de Educação e de não terem sido convocadas os representantes, ou quem estava a representar o primeiro ciclo e os Educadores de Infância. Há aqui alguma confusão porque antigamente eram as escolas EB1/2 que indicava o seu representante e a escola EB 3 Secundária que indicava quem a representava e agora há um Agrupamento de Escolas que representam todo o ensino e o Agrupamento de Escolas indicou para o representar o Doutor Jacinto Galvão e em sua substituição o Doutor Mário Grave, portanto se há alguma coisa a colocar é ao Executivo da Escola obviamente”.-----

► **ALTINO ALEIXO** usou novamente da palavra e disse: “eu queria dizer o seguinte – eu não sei se nessa correspondência recebida por nós todos, nessas visitas, nessas reuniões, não sei se recebem, nem me interessa, nem quanto recebem, isso nem me interessa, também não vou discutir se as pessoas sabem ou não sabem, há muita gente que não vai á escola e sabe muito, sabe muitas coisas. E quero dizer que o que o Senhor Pimentel disse aqui através do QREN é tudo verdade, na verdade é tudo que ele sabe, mas uma coisa eu quero dizer não foi na reunião em Vila Real que ele disse que esteve que aprendeu porque a reunião começa ás nove e meia, começou ás nove e meia e acabou ás quatro e tal da tarde e não seriam dez horas o senhor Vereador não se encontrava presente na reunião nem nunca mais ninguém o viu.”-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir e disse: «eu acho que estes assuntos de mercearia eram perfeitamente evitáveis». Começou a apresentar o ponto seguinte mas foi interrompido pelo Senhor Vereador Pimentel que queria ter direito a resposta. -----  
O Senhor Presidente da Assembleia disse: “ direito a resposta acho que sim senhor que o Senhor foi pelo menos prejudicado no seu nome e nos seus deveres profissionais tem todo o direito de responder”. -----

▶ **ANTÓNIO PIMENTEL** usou novamente da palavra e disse: “ eu quero dizer ao Senhor Aleixo na qualidade de membro desta Assembleia o seguinte «um Vereador deve estar enquanto entender que é útil estar», eu assisti na integra á explanação feita, á brilhante explanação feita por uma Doutora qualquer que eu não me recordo agora do nome do principio ao fim sobre o programa, agora não fiquei para a discussão. Quando entendi que já não estaria ali a fazer nada nas funções em que fui vim embora, vim tratar de outros assuntos”.-----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir para dizer que pediu a palavra a Deputada Antónia, mas se é para responder o Doutor João ele vai responder e assim resolve-se o problema de uma vez só, está aqui para isso exactamente. -----

▶ **JOÃO HENRIQUES** novamente no uso da palavra disse: “ peço desculpa não ter percebido essa parte que tinha sido solicitada, tem a ver o Conselho Municipal com o inicio do ano escolar, a abertura do ano escolar, tem que ser feito periodicamente e este era feito nesta altura Dezembro, Janeiro para fazer o balanço do inicio do ano escolar, as actas serão presentes e irão para cada um dos representantes nomeadamente para o Agrupamento de Escolas e aquilo a que o Concelho Municipal chegou á conclusão por unanimidade foi a forma brilhante como tinha decorrido a abertura do ano escolar, incluindo palavras que hão-de vir textualmente ditas pelo Presidente do Agrupamento de Escolas a que a nossa Deputada Municipal pertence. Tudo isso há-de vir em acta e obviamente a si posso fazê-la chegar para que conste e que se veja os elogios que a autarquia foi alvo por parte do Agrupamento de Escolas”.-----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que iriam passar ao próximo ponto da Ordem do dia: -----

## -----2.2 *Análise e deliberação sobre a venda de terreno para efeitos de concretização do empreendimento CDH*-----

-----Informação do Gabinete Técnico Jurídico-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse: “ obviamente que se vão discutir questões ligadas ou de interesse de famílias, o Senhor Presidente pediu-me para não participar neste ponto por isso dou a palavra ao Senhor Vice – Presidente para informar das pretensões da Câmara Municipal. -----

▶ **JOÃO HENRIQUES** no uso da palavra disse: “ Senhor Presidente só uma pequena correcção não há aqui nenhum interesse de famílias mas um excesso de zelo que levou o Senhor Presidente a não estar aqui presente e não outra coisa, portanto não há aqui nenhuns interesse por parte de famílias, mas sim por parte do município. Ora bem o que se passa aqui é fazer um pouco do historial de como chegámos a este ponto ou a esta situação. Como todos percebemos há uma necessidade de construção no Concelho a custos controlados, existe uma baixa disponibilidade deste tipo de habitações. Há uma empresa que se dispõe efectuar este tipo de

empreendimentos, empresa que faz uma pré candidatura ao Instituto Nacional de Habitação, ao INH e que se propõe construir como CDH – Contrato de Desenvolvimento de Habitação – é o que quer dizer, algum número de fogos. Em 28 de Dezembro de dois mil e seis, portanto há menos de dois meses atrás é aprovada no Instituto Nacional de Habitação a pré-candidatura desta empresa para o financiamento deste tipo de actividades, portanto o seu financiamento. Este tipo de investimento tem que ter uma certa escala e só faz sentido para um determinado número de fogos, é neste sentido que a candidatura é feita para pelo menos a construção de sessenta fogos. A empresa busca no mercado o melhor terreno para a implementação do investimento, chega á conclusão que a melhor localização se situa com e dentro dos condicionalismos do PDM junto á Avenida Calouste Gulbenkian nessa localização a Câmara Municipal também dispõe no domínio público municipal de uma parcela de cinco mil oitocentos e cinquenta metros quadrados cedida para zona verde na aprovação da primeira fase do loteamento já lá existente na zona e que é essencial a utilização de parte deste terreno para a concretização do investimento. Esta cedência foi feita pelos então promotores do loteamento - a autarquia - sendo somente obrigados a cederem novecentos metros quadrados, era a área que estavam obrigados a ceder para zona verde ou seja dezoito fogos que foram os construídos, os construídos não, ainda não estão todos construídos, os lotes que houve e que foram feitos a cinquenta metros quadrados que era o que diz na lei dos loteamentos daria novecentos metros quadrados. Mas os loteadores entregaram cinco mil oitocentos e cinquenta metros quadrados para zona verde, pelo que não mexendo no que tem que existir como zona verde que são os novecentos metros quadrados e que vão a continuar a existir de zona verde ainda sobram quatro mil novecentos e cinquenta metros quadrados. São estes quatro mil, novecentos e cinquenta metros quadrados que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a desafecção do domínio público para o domínio privado. Há que explicar que segundo a lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, artigo cinquenta e três, número quatro, alínea B com a redacção que é dada pela lei cinco A de dois mil e dois esta desafecção do domínio público municipal de uma parcela para passar a integrar o domínio privado municipal carece da autorização da Assembleia Municipal por isso aqui estamos com esta questão. Para poderem perceber o que está em causa entendi fazer, trazer-vos um pequeno croqui para perceberem o que é, esta é a zona em que promotor pretende fazer os fogos de custo controlado, esta é minha, não ainda é do banco não é minha. É aqui que eu habito e é esta parte que tem a ver com esta zona que ainda não está feito o loteamento, eram duas fases, foi loteada esta primeira fase e falta lotear esta segunda fase. O terreno em causa é esta parcela que aqui está no fundo, em que foi cedida para zona verde da Câmara mas que só tem que existir novecentos

metros quadrados de zona verde, portanto aquilo que nós propomos é que se desafecte este terreno, os quatro mil novecentos e cinquenta metros quadrados, que se desafecte do domínio público para o domínio privado da Câmara porque a Câmara só o pode negociar ele estando no domínio privado da Câmara, no domínio público a câmara não o pode negociar e como esta autorização isto necessita de ser aprovado pela Assembleia Municipal é nesse sentido que aqui vem. Aquilo que... Há a proposta e eu peço-vos que não olhem para isto como uma proposta fechada porque ela não está ainda analisada pela Câmara Municipal e isto que aqui está pode não ser na totalidade aquilo que a Câmara vai aprovar, aquilo que a empresa se propõe fazer é isto que aqui está em termos de fogos de custo controlado, propõe aqui nesta fase sessenta e nove fogos, a candidatura que foi feita foi na base dos sessenta fogos o que quer dizer que pode haver aqui sessenta, sessenta e dois, sessenta e três quando isto tudo estiver fechado, mas serão sempre mais do que sessenta fogos a custos controlados que irão ser feitos. -----

-----Aquilo que se pede é a passagem, não a venda do terreno como está mencionado no ponto, na ordem de trabalhos mas a passagem somente que é aquilo que nós solicitamos à Assembleia, a autorização de passagem desta parcela do domínio público municipal para o domínio privado municipal. É só isto que a Câmara Municipal solicita a votação e a apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----Estou pronto para alguns esclarecimentos que queiram que se possa fazer”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se alguém queria intervir neste ponto, tendo declarado a seguir abertas as inscrições. -----

► **ILÍDIO SIMÕES** usou a seguir da palavra e disse: “ Senhor Vice-Presidente só uma pergunta de um leigo, explicou muito bem que o que estava em causa era a desafecção de determinada área do domínio público para o domínio privado da Câmara, eu só não percebo bem mas a minha pergunta é pura ignorância. A empresa construtora pretende adquirir o terreno, construir um direito de superfície, um comodato? Qual é a figura jurídica que vai ficar subjacente á construção de renda controlada”.-----

► **JOÃO HENRIQUES** voltou a intervir e disse: “ se o Senhor Presidente permitisse e se calhar pode fazer parte de algumas das questões que vêm a seguir, a empresa pretende comprar aquela parcela de terreno”.-----

► **ILÍDIO SIMÕES** disse ainda que a Assembleia tem que ponderar muito bem esta situação. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** no uso da palavra disse: “duas coisas muito simples também mais por ignorância do que por outra coisa, uma é uma brincadeira e duas são coisas mais sérias. A primeira é uma brincadeira «isto é um negócio com uma empresa do Marco de Canaveses e negócios vindos do Marco deve-lhe deixar o pé atrás, é uma brincadeira». As duas

coisas mais a sério são de ignorância, o terreno em causa ou a parcela em causa foi doada por privados á Câmara Municipal, pretende-se agora a desafecção do domínio público para o domínio privado eu pergunto se os anteriores proprietários não podem reclamar a parcela em causa, como a tinham pedido para um bem neste caso público ou de uso público – zona verde e agora irá ser afecta a outra coisa? A outra questão que eu coloco tem a ver com moradores já instalados ou que tenham comprado lotes naquele loteamento se não sentirão as suas perspectivas frustradas na medida em que instalaram-se numa zona que supostamente teria um área verde de x metros e irá ter menos. Não sei como é que irei votar”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra e disse: “ Em primeiro lugar felicitar o Senhor Presidente da Câmara por pretender avançar com um projecto desta natureza uma vez que estamos numa área em que os terrenos para construção estão empolados demasiado e o aparecimento deste tipo de construção é bem vindo mas o que estamos aqui a discutir não é isso, não é a questão de do CDH mas sim a cedência ou não a passagem ou não do terreno que é do domínio público para o domínio privado, não se me colocariam grandes dúvidas se este terreno não tivesse resultado duma operação de loteamento, que fosse da Câmara Municipal mas não através de uma operação de loteamento e aí estaria á vontade para aprovar esta operação, já no caso concreto em que o terreno passou para o domínio municipal resultante de uma operação de loteamento e com um determinado fim ou seja espaço verde. Como já disse o Luís Tibério os compradores, todos aqueles que compraram lotes no loteamento inicial, acho que é o loteamento um barra noventa poder-se-ão sentir frustrados ou prejudicados na medida em que quando compraram tinham a certeza de que naquele loteamento tinham uma zona verde de cinco mil oitocentos e cinquenta metros. Diz o Senhor Vereador que só era necessário terem cedido novecentos, bem eles foram obrigados a ceder cinco mil oitocentos e cinquenta foi uma das condições com certeza para lhe aprovar o loteamento porque ninguém por vontade própria entrega assim terreno á Câmara Municipal, o que está aqui é que foi resultado de uma operação de loteamento que essa parcela chegou ás mãos do Município e me parece que neste momento não haverá grande possibilidade de aprovar esta operação sem que o loteador prescindia do pedido de reversão dessa parcela porque o pode fazer, a partir do momento que a Câmara lhe dá outro fim de que não aquele que estava consignado no loteamento os proprietários do loteamento poderão pedir a reversão dessa parcela. Isto salvo melhor opinião que eu não sou jurista, mas a minha opinião eu acho que poderá existir esse problema e como tal não me sinto á vontade para votar favoravelmente a passagem desta área do domínio municipal para o domínio privado, de qualquer forma vamos ouvir com certeza mais alguns esclarecimentos que a Câmara tenha para nos dar sobre isso e o que disse também o Deputado

Luís Tibério convinha que neste caso concreto existisse pelo menos um abaixo assinado dos compradores dos lotes. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em relação ao assunto que aqui estamos e tratar e depois das dúvidas que aqui foram levantadas e não me surpreendem mas temos que nos concentrar em primeiro lugar no ponto que nos é pedido que é a passagem do domínio público para o domínio privado da Câmara. Todas as dúvidas que aqui foram levantadas é possível que venham a ser um problema no futuro mas só o serão se a Assembleia autorizar esta passagem e é o primeiro passo do processo que tem que ser dado, eu penso que este passo que é necessário porque está em causa um empreendimento que é da máxima importância para o concelho e para Mogadouro e deve ser dada autorização por esta Assembleia á Câmara para fazer esta passagem do domínio público para o privado, portanto nós votaremos favoravelmente esta proposta. -----

► **JOÃO HENRIQUES** novamente no uso da palavra disse: “ tomara a Câmara Municipal necessitar daquilo que o Deputado Municipal Ilídio Martins nos dizia «se teria que cá vir outra vez» porque se viesse outra vez é porque aquilo valia mil vezes o índice cem das carreiras de regime geral do sistema remuneratório da função pública porque é nesse caso que tem que vir... Não percebeu? Eu volto a explicar: - estava eu a dizer tomáramos nós que isto tivesse que depois desta Assembleia voltar cá para pedir para vender ...espere... espere... não percebeu, desculpe, fui eu por certo que não me expliquei correctamente. Tinha perguntado se depois de passar do domínio público para o domínio privado se tinha que cá voltar para a Câmara Municipal poder vender a parcela e eu estou-lhe a dizer tomáramos nós que tivesse que cá voltar porque tinha que cá voltar efectivamente se aquilo fosse vendido a um valor superior a mil vezes o índice cem da carreira cem da função pública, ou seja era um balúrdio de dinheiro tomáramos nós que ele tivesse que cá vir nesse sentido, era só isso que eu queria dizer, mas não, só nesse sentido e isto era a resposta, é que tem que vir á Assembleia Municipal. -----

-----A questão que aqui é colocada essencialmente é se os antigos loteadores podem ou não pedir a reversão do terreno, podem, efectivamente podem para zona verde, não podem fazer outra coisa, só podem pedir a reversão para zona verde, portanto se quiserem pedir essa reversão para continuar como zona verde o loteador pode fazê-lo, está na lei não temos que esconder a lei, mas não pode lá fazer rigorosamente mais nada porque a única coisa que ele pode pedir a reversão é para a finalidade que ele estava destinado portanto nunca poderá daquele terreno obter qualquer tipo de beneficio financeiro pela sua venda por que são as únicas condições onde o terreno pode ser feita a reversão. O que está em causa efectivamente são sessenta ou mais fogos a custo controlado e é uma zona... os Senhores perceberam aqui por aquilo que eu lhe mostrei que está junta aquela central

lá ao fundo e também se percebe aquela zona como está portanto a questão é: temos sessenta ou sessenta e tal fogos a custo controlado beneficiando mais de sessenta famílias que podem adquirir a um preço razoável ou não temos, não vale a pena nós estarmos com outro tipo de entendimento. Da reversão está dito, em relação aos moradores, eu acho que os moradores não perdem nada, eu estou na zona e não vejo onde é que possa perder porque... não, não... eu explico porquê, eu não vejo onde é que possa perder porque ainda não percebi que aquilo só é zona verde porque está verde, não em termos de passeio e o engraçado nisto é que na lei dos próprios loteamentos a lei é um pouco cega e tanto nos obriga a nós que temos um espaço enorme verde a toda a volta como obrigam os Lisboetas e os do Porto a ter a mesma área de zona verde que são coisas completamente distintas, viva-se num lado ou viva-se no outro. É este o assunto que os Senhores têm que votar fá-lo-ão como as vossas consciências assim o indicarem”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs a votação o referido ponto e disse: “ O Senhor tem dúvidas ainda em relação... quer por novas questões, quer ficar mais esclarecido para poder votar, tenha a bondade, quando acabarmos, acabamos. Está a dizer aqui a primeira secretária se há alguém mais interessado em intervir neste ponto. Há mais alguém interessado em participar na discussão que é para encerrarmos e depois pormos á votação, então tenha a bondade. -----

► **ILÍDIO SIMÕES** no uso da palavra disse: “ O Senhor Presidente permite que eu fale directamente com o Senhor Vereador João Henriques? -

(Aqui ouviu-se a voz do Senhor Presidente da Assembleia a dizer: “ o Senhor fala para a Assembleia, é para a Assembleia que está a falar “). -----

-----Olhe basta acenar está bem. Olhe diga-me: o loteador é a Câmara Municipal não é? (o Doutor João respondeu: Não). Eu digo da fase que já está feita, onde está a sua casa. (o Doutor João Respondeu novamente: não). -----

(voltou a intervir novamente o Senhor Presidente da Assembleia e disse que era difícil fazer a acta assim com este tipo de diálogo) . Eu parti aqui de um pressuposto errado de que me penitencio, não é que isso altere muito o meu raciocínio mas de qualquer dos casos devo confessar que..., pois é, agora estou a rebobinar, sim senhor tem razão, comprou e está feito. Vamos partir do principio..., eu em primeiro lugar queria lamentar que este assunto seja mais uma vez, este e outros assuntos tenham sido postos para votar a galope, ou melhor não é necessário votar a galope porque nós já sabemos, eu estava convencido que hoje esta Assembleia era monocolor só tinha a bancada da oposição porque não tinha ouvido falar a bancada da situação. Já ouvi falar e de uma forma peremptória e determinante, o assunto está arrumado estamos aqui a perder tempo não é, mas estamos a marcar posição, não o assunto está arrumado Senhor Vereador, esta é a minha convicção os resultados depois dirão. O assunto está arrumado mas eu não estou aqui a querer chover no molhado, estou aqui a querer esclarecer-me para tomar uma posição que acho que

deve ser consciente. Essa história do Senhor dizer, lamento que só tenha intervido o aspecto das reversão na sua segunda intervenção porque se o trata-se na primeira evitava perguntas feitas. Se tem falado logo em reversão na primeira intervenção ter-se-ia percebido alguma coisa disto. Ora, que é que eu entendo? Eu entendo que é perfeitamente possível que nenhum dos habitantes, proprietários de casas instaladas nessa urbanização, urbanização do Senhor Vice Presidente eu entendo que cada um, que nenhum deles possa ter interesse ou possa votar no problema mas o que se põe em causa é o seguinte: querer ou não querer é uma questão, poder ou não poder é outra. Basta que o possam e até nem se sabe quem amanhã será o proprietário das ditas casas, pode ser vendida a outro e até nem se sabe se quem vai lá construir mais, porque ainda há terrenos vagos, quem for lá mais construir possa levantar o problema. No plano das hipóteses tem que se por isto se é que se vê algum interesse nisto, agora dizer que não tem interesse, mesmo que o espaço neste momento não é verde, ou melhor é verde porque tem lá erva mas não é lógico no sentido ecológico do termo e dizer que é um sítio de lazer e de recreio, se não é poderá vir a ser desde que esteja demarcado para isso. Isso também não é argumento para nada de maneira que eu continuo a ter imensas dúvidas, não vou certamente aprovar a deliberação”.

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “depois da intervenção do Senhor Vereador mais veio confirmar as dúvidas que eu tinha e mais não é por acaso que a própria Câmara o afirma ao dizer que não se cedem, não se passam os cinco mil oitocentos e cinquenta só se passam os cinco mil..., menos os novecentos que estão na mesma função, função que é espaço verde, eles foram cedidos os cinco mil oitocentos e cinquenta e Câmara ao dizer não novecentos é que não podemos tocar mas o problema subsiste e qualquer um dos proprietários actuais pode reclamar e como disse também os proprietários do loteamento poderão pedir a reversão. Esta questão de afirmar que só podem construir espaço verde ou não é a dúvida que se me levanta, porque se a Câmara vai dar a possibilidade de construir outra coisa a reversão eu penso que também terá essa possibilidade de construir outra coisa que não seja o espaço verde por isso tenho muitas dúvidas sobre a legalidade desta operação, eu acho que a Câmara..., a forma de ultrapassar esse problema era ouvir os proprietários dos lotes que estão instalados e o loteador e através de declarações escritas ultrapassar este problema, como isso não foi feito eu vou votar de facto a passagem desta parcela para o domínio privado, voto que continue no domínio Municipal.

► **JOÃO HENRIQUES** usou novamente da palavra e disse: “mas há aqui uma dúvida que eu quero esclarecer, eu percebia com o Deputado Ilídio Martins e quero deixá-lo esclarecido os proprietários dos lotes e os proprietários das casas não podem pedir nenhuma reversão do terreno porque quem o cedeu foi o loteador e se alguém, a única entidade que pode

pedir a reversão é o loteador nenhum dos proprietários (eu não posso, enquanto proprietário dos lotes que tenho não posso pedir nenhuma reversão, que fique claro, que fique claro e quando disse «há casas, ainda há outros que vêm construir podem ou não...»), não pode Ilídio só o loteador é que pode pedir essa reversão para o domínio privado portanto agora é isto que está em discussão... Diz? Se pedir obviamente, se pedir, agora o que está em causa efectivamente são a construção de sessenta e tal fogos a custos controlados que é o que está em causa e é o prurido que podem fazer estes fogos a custos controlados.-----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “Ó Senhor Presidente esta questão levantada pelo Senhor Vereador, isto não está em discussão, o que está em discussão da legalidade ou não e também não foi aqui afirmado que sem aqueles metros é impossível avançar com o loteamento a custos controlados, também não foi aqui dito e não é dito em lado nenhum. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir e disse: “ eu estou a deixar que este assunto entre num ponto quase de saturação porque dá-me ideia de que, as questões que estão a ser aqui colocadas parece-me que já não é no sentido de esclarecer porque aquilo que se pede está aqui consagrado na certidão da Câmara, da reunião da Câmara, está aqui tudo textualmente aquilo que a Câmara quer, o que nos pede e inclusivamente a indicação da lei, o que se está aqui a assistir é efectivamente estes retoques de paciência para possivelmente por em causa uma votação, mas eu vou dar a palavra agora, a última palavra depois vou por á votação, que é para não dizerem que eu corto a palavra. É que isto assim não é trabalho, mas se não estiver na lei vocês contestam, fazem um requerimento e contestam o resultado da votação, estão nesse direito, é um direito que lhes assiste, vêm que não está na lei, aquilo que nos pedem da Assembleia está perfeitamente na lei que está aqui consagrada, se efectivamente do resultado daquilo que nos pedem não está na lei, os Senhores depois requerem e exerçam os poderes que têm e que estão consagrados também nessa mesma lei, agora estarmos aqui a empatar é que não vamos a lado nenhum”.-----

► **ILÍDIO SIMÕES** novamente no uso da palavra disse: “ Senhor Vereador João Henriques obrigado pelo seu esclarecimento, eu de facto fiquei a saber que o titular dessa reversão é o loteador e não são os moradores, por acaso muito obrigado eu ignorava isso, de maneira que por esse lado o Senhor afastou-me as dificuldades, agora eu pergunto-lhe: e o Senhor não queria outras? Ora vamos lá ver o Senhor tem uma casa lá não pode pedir a reversão, não é nada consigo, é com o loteador, o Senhor poder-se-á considerar prejudicado por ter menos espaços verdes do que aqueles que tinha no momento em que foi comprar o terreno e poderá pedir uma indemnização... estou a fazer uma pergunta, eu não sei, e poderá alguém querer exercer um direito de indemnização por ter sido prejudicado

por essa via, pergunto não afirmo nada, agora queria só aqui deixar uma palavra final que da minha parte não há qualquer vontade de entravar a construção de casas na minha terra que boa falta fazem, da minha parte há só a intenção e a vontade de eximir a Câmara Municipal a qualquer prejuízo futuro por decisão precipitada, é só isso que eu pretendo, não pretendo mais nada. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu ao Deputado o contributo que dá á Assembleia e disse: “ vamos ter que deliberar sobre este ponto: Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno que foi já apreciado e votado na Câmara Municipal por unanimidade realmente por ver do interesse que Mogadouro tem na construção destas casas e também ficou aqui percebido de que esta desafecção de domínio público ao domínio Municipal é efectivamente para permitir a construção destas casas. -----

-----Os Senhores agora..., o assunto já foi aqui discutido em profundidade votarão em consciência também. Neste caso vou... relativamente a este ponto peço que quem vote contra faça favor de se levantar na primeira fila temos dois, segunda fila dois, terceira fila um, quarta fila, quinta fila, sexta fila, agora vamos ver quem se abstém primeira fila faz favor de se levantar, segunda fila três, quarta fila, quinta fila, sexta fila, última fila, portanto a proposta foi aprovada por maioria com cinco votos contra e três abstenções. Entretanto chegou, penso que é sobre este assunto uma declaração de voto... (ouviram-se vozes da bancada) para mim está ..., eu perguntei quem é que votou contra, quem é que se abstém, não preciso de perguntar mas se querem que pergunte eu pergunto. Ó Senhor, o Senhor pode saber muito de ciência politica mas de matemática politica se calhar sabe tanto como os outros, o que eu quero dizer é o seguinte: se eu pergunto num órgão colegial como estamos aqui, que eu tenho aqui as presenças de todos, tenho aqui o número de votos contra, tenho o número de abstenções, traduz o quê? Que não há maioria? Então? O que o Senhor perguntou foi pelo facto de eu ter perguntado por esta fila e não por aquela, agora a fila é conjunta julgo eu, está o problema ultrapassado. -----

-----Então vamos proceder á leitura da declaração de voto que foi apresentada por o Senhor Deputado Municipal Alfredo Justino Ribeiro. ----

-----Relativamente ao ponto 2.2 do período da ordem do dia – Análise e deliberação sobre a venda de terreno para efeitos de concretização do empreendimento CDH, voto contra porque: Um – entendo que o Município não tem necessidade de construção a custos controlados, existe necessidade de construção para os mais desfavorecidos deverá optar-se por habitação social. Dois – entendo que não existe carência habitacional para a fixação de jovens, há sim falta de politicas reais de fixação. Três – vejo que nesta situação há manifesta qualidade de critérios, se por um lado se quer promover a construção a custos controlados, por outro lado a autarquia tem

á venda lotes de terreno de um loteamento em que é promotor a preços descontrolados em Bemposta. Quatro – vejo na posição da autarquia uma intromissão em matéria de mercado imobiliário podendo provocar uma situação de crise nas empresas construtoras locais. Cinco – quando o REGEU coloca imposições aos construtores imobiliários locais não deverá ser criada excepção neste caso, abrindo um precedente com o qual discordo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ Meus Senhores é meio dia e meia hora pergunto (ouviram-se vozes da bancada) estou convencido... Há votações por voto secreto que levam o seu tempo eu proponha que fizéssemos um intervalo e fossemos almoçar, (voltou a ouvirem-se vozes) tenho uma manifestação..., um momento..., um momento, tenho a manifestação do Presidente do grupo parlamentar do partido Social Democrata que diz que daqui até á uma devemos acabar que é para continuar. Queria a sua. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse: “ a bancada também do partido socialista dado que os pontos para discussão são mais de votação, de eleição não se arrastará por muito mais tempo deveremos continuar. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou o ponto seguinte: -----  
-----**2.3 Eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.** -----

-----Aqui ainda está em perigo mas a nova terminologia retira o perigo, isto é assim a Câmara Municipal pede-nos que a Assembleia eleja dois de cada partido, aqui neste caso há democracia, as pessoas que representavam essa Comissão por força de lei não podem continuar, pede-nos para indicar os dois membros, agradecia que me fizesse chegar essas propostas de cada partido do nome das pessoas, este assunto foi abordado na reunião de líderes penso que não vai demorar. Temos aqui uma proposta, chegou agora ás doze horas e trinta e sete minutos apresentada pelo PSD e temos outra, as duas. Parece haver alguma... Ó Senhor Deputado virar as costas á mesa também é mal-educado, se fizer o favor vire-se de frente para a mesa e ouça-nos. Temos aqui duas propostas, parece-me que por informação dos dois Presidentes do grupo parlamentar era importante fundir as duas e votamos as duas ao mesmo tempo por voto secreto e assim também abreviamos mais, embora na acta deva constar que as votações foram feitas e como são por voto secreto simplesmente vamos fundir as duas propostas numa que é o que é importante, numa lista só, exactamente-----

-----A proposta do grupo parlamentar do PSD propõe para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo os Deputados Municipais Maria Zita Rodrigues França Costa e Vítor Manuel Parreira Batista, os elementos do partido socialista indicam a Senhora Deputada Antónia Moura e o Senhor Presidente da Junta Miguel Rito. -----  
Vamos proceder á votação desta lista, é uma lista só, é a lista A, está

classificada como letra A, só há uma letra A para a lista conjunta. Ou sim ou não, quem vota sim diz sim e quem não concordar vota não. -----

-----Votos contra dois, votos brancos nove, a favor quarenta e dois, temos a lista que em principio vai representar a Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Menores, contra dois, abstenções nove, a favor quarenta e dois. -----

#### -----2.4 *Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia:* -----

-----Chegaram-me duas propostas uma apresentada ás doze e quarenta e que foi classificada pela Mesa com a letra A e que propõe para a Comissão de Toponímia o Senhor Deputado Albino Rodrigues e temos uma outra proposta que por constar cá o meu nome peço á primeira secretária que a leia. Apresentada pelo grupo parlamentar do PSD para a Comissão de Toponímia o Deputado Municipal Ilídio Granjo Vaz, proposta B. -----

-----Temos a proposta A apresentada pelo partido socialista, temos a proposta B apresentada pelo PSD. -----

-----Se eu soubesse que era tão sublime companheiro tinha-me retirado. -

-----Vamos então também por à votação por voto secreto, vamos voltar a fazer o exercício anterior. -----

-----Foi eleito o Deputado Senhor Ilídio Granjo Vaz da lista B com vinte nove votos, tendo a lista A sido votada com vinte e dois votos, um voto branco e um voto nulo.-----

#### -----2.5 Outros Assuntos -----

► **JOAQUINA MARIANO** usou da palavra e disse: “ tenho três ou quatro assuntos enviados a V. Exa. sem resposta, um deles é sobre cantoneiros. Foi falado aqui quanto à limpeza das aldeias, eu neste momento e um caso concreto em que o senhor Padre no Domingo diz assim de hoje a quinze dias temos cá a visita pastoral do Senhor Bispo. Eu sei que tenho as ruas sujas, imundas, as valetas estão cheias de ervas e quando se recebe uma visita em nossa casa nós tentamos limpá-la o melhor possível e arranjá-la, pois se vamos receber o Senhor Bispo é uma necessidade pública, oficial digamos assim e gostaria também de ter a aldeia com apresentação. Ontem bati a várias portas, tinha quatro mulheres que de vez em quando, pelo menos três, quatro vezes por ano faziam esse serviço, todos me disseram não, não posso. Se o Senhor Presidente tem acedido ao meu pedido antes do cantoneiro ser transferido para Mogadouro onde há tantos varredores, se o têm cedido para Sanhoane, eu teria pelo menos ali uma pessoa que me limpasse a Rua Principal por onde o Senhor Bispo vai passar mas infelizmente a resposta não apareceu, eu não encontro quem. Será que me pode disponibilizar alguns varredores daqui do Município para a minha localidade alguns dias, eu não vou fazer isso, com certeza. Já fiz muito trabalho na escola, ainda tenho o calo na mão de cortar relva e prezava-me em ter o recreio em condições. Segundo me disse numa altura o Senhor

Director Escolar era a Escola modelo do Concelho porque a Maria Joaquina trabalhava, hoje não o faço que já não tenho capacidade para isso, nem obrigação, nem ficaria bem, para já, embora respeitos humanos à parte nesse sentido. Quanto a limpeza haver se me podem resolver esse problema. -----

-----Quanto ao arranjo urbanístico do Santo Amaro eu pedi na altura da sementeira que era altura de semear a relva, plantar as árvores, fazer a vedação, até agora nada. É Primavera o tempo é propício para o fazer até quando, ou para quando. -----

-----Quanto ao arranjo de caminhos também fomos interrogados pela Câmara, respondemos a um inquérito quanto aos estragos dos caminhos, eu respondi: «estão num estado deplorável, nós estamos a fazer contacto com empresas para nos levarem brita e saibro para um caminho que é bastante transitável junto á povoação e parece-me pelos contactos que já fizemos que a verba que nos atribuem se gasta ali toda e ficamos a zero. Gostava que a Câmara nos cede-se algumas máquinas para o arranjo de caminhos e nos favorece-se com algum dinheiro para as despesas efectuadas no arranjo dos mesmos. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ Senhor Presidente o assunto que me trás aqui é ainda o que abordei no período anterior da ordem do dia e como não tive possibilidade de replicar o que o Senhor Vereador tinha afirmado sobre os trabalhos de natureza simples aconselho o Senhor Vereador que leia o Decreto-Lei doze de dois mil e quatro de nove de Janeiro em que diz «obra é todo o trabalho de construção, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza e demolição de bens imóveis bem como qualquer outro trabalho que envolva o processo construtivo e dizer-lhe nesse trabalho da recuperação do edifício da igreja, consulte porque lhe passou e tem aqui com certeza na Câmara o projecto além da recuperação, tem lá também construção de raiz e só isso de um anexo e que tem por exemplo construção em betão armado portanto não é só trabalhos de natureza simples”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu a intervenção e disse: “ naturalmente que a Câmara não deixará de observar a lei dada a conveniência que urge e naturalmente irá ter em conta e se houver dúvidas repô-las porque ninguém quer praticar ilegalidades, estou convencido, nem de uma parte nem de outra parte”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para responder á Dona Joaquina e disse: “ A Dona Joaquina a dizer que não havia diálogo e então eu não lhe respondia. -----

Ó Dona Joaquina sabe que isto se lê-se bem o documento que enviamos o número de reuniões é muito, eu prezo-me, agora já não estou a ser capaz de fazer isso sair daqui ás cinco da manhã para voltar ás dez da noite normalmente vou no dia anterior venho depois naquele dia e nunca até hoje

apresentei uma ajuda de custo, agora evidentemente que umas vezes estou outras vezes não estou. Se a Dona Joaquina vem aqui e pergunta se estou cá sou capaz de não estar mas se pegar no telefone e disser assim: olhe que eu vou falar consigo com certeza que falamos. Até lhe digo mais que pela grande consideração que tenho por si se me disser assim: venha aqui a Sanhoane, até lá vou. -----

-----Quanto á limpeza vamos fazer com que o Senhor Bispo vá bem impressionado com o concelho de Mogadouro porque ele não vai só a Sanhoane também vai a Remondes, também vem aqui, terei o prazer de o receber na segunda-feira. Vou providenciar no sentido de que tudo esteja limpinho. Não lhe prometo lá uma passadeira de flores. -----

-----Quanto ao Santo Amaro houve aquele acidente do muro e da calçada quando foi da camioneta da música e confesso que não sei como está agora, o Pimentel que lhe responda. -----

-----Nos caminhos este ano foi de facto terrível para os caminhos. Eu só queria dizer-lhe que apresentamos esse problema ao Secretário de Estado da Administração local para nos ajudar a resolver esses problemas, caso contrário a Câmara ficaria só com os caminhos. Aquilo que pudermos fazer com as máquinas lá faremos, ainda que não seja a coisa mais indicada. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta.-----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe á votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às treze horas e quinze minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

---

O Presidente da Assembleia Municipal

---

<sup>1)</sup> Esta acta é constituída por 21.600 palavras, distribuídas por 43 páginas e 1.852 linhas